



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

Karina Dias Tanagino

**PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE
CAPITALISTA**

Um estudo de caso do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras em Juiz de Fora – MG

Rio Grande
2013

Karina Dias Tanagino

**PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE
CAPITALISTA**

Um estudo de caso do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras em Juiz de Fora – MG

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande,
como exigência para a obtenção do título
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Solismar F. Martins

Rio Grande
Dezembro 2013

TERMO DE APROVAÇÃO

KARINA DIAS TANAGINO

PLANEJAMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE CAPITALISTA

Um estudo de caso do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras em Juiz de Fora – MG

Dissertação apresentada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande.

Banca de Avaliação

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins (orientador)

Universidade Federal do Rio Grande – PPGeo – FURG

Prof. Dr. Carlos Machado (membro)

Universidade Federal do Rio Grande – IE - FURG

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos (membro externo)

IFRS – Campus Rio Grande

À minha família

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha família, meu porto seguro. Obrigada por estarem sempre presentes me apoiando incondicionalmente com muito amor, carinho, compreensão e confiança.

Ao meu orientador, Professor Solismar Fraga Martins pela paciência, compreensão e disposição. Agradeço a ele de maneira especial por ter me aberto um caminho teórico e conceitual o qual continuarei seguindo no decorrer de meus estudos.

À professora Jussara Mantelli, por todo apoio fornecido.

Aos meus amigos, os quais foram fundamentais nesta caminhada e que são tão importantes em minha vida justamente por serem *amigos*.

Aos colegas do PPGeo e aos amigos do NAU, pelos agradáveis momentos de convivência e por terem tão bem me acolhido, em especial ao João e a Mara.

Aos amigos e coordenação do LATUR pelos momentos de alegrias, pelas conversas, discussões e ensinamentos. Mas principalmente por terem sido responsáveis por me fazerem enxergar a Geografia de outra forma. Todos vocês são muito importantes em minha trajetória.

A todos os professores que passaram por minha vida contribuindo de alguma forma para o meu crescimento, e, em especial a alguns que serão sempre inesquecíveis. De maneira particular à professora Maria Lucia Pires Menezes, pelos ensinamentos acadêmicos e pessoais que carregarei para sempre.

A CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual a realização deste trabalho não seria possível.

E finalmente e principalmente, agradeço a Deus, por ter colocado todas essas pessoas em minha vida e por estar sempre ao meu lado mostrando-me qual melhor caminho e direção tomar.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído, muito obrigada!

ALAGADOS

Todo dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia
E a cidade que tem braços abertos
Num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal
Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Nem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
Todo dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia
E a cidade que tem braços abertos
Num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal

....

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto o “urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade. HENRI LEFÈBVRE – O Direito à Cidade.

RESUMO

O presente trabalho traz como objetivo a discussão acerca da produção do espaço nas cidades capitalistas e a relação entre planejamento urbano e segregação sócio-espacial, tendo como principal agente deste processo o Estado.

Na busca de entender essa dinâmica dialética de formação do espaço urbano, propõe-se analisar a realidade do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras, localizado na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, para pautar a presente argumentação e, assim, conseguir unir teoria e práxis no que tange os mencionados conceitos propostos.

Destarte, este trabalho leva à reflexão acerca deste espaço que vem sendo produzido pelo capitalismo, suas implicações, intencionalidades e conflitualidades. E ainda, dentro desta perspectiva, é levantada a discussão acerca da possibilidade da conformação de um “outro espaço” que não este que nos parece estar posto como único e possível.

Palavras – chave: Produção do espaço urbano; segregação sócio-espacial; planejamento urbano; Estado.

ABSTRACT

This work has as objective the discussion of the production of space in capitalist cities and the relationship between urban planning and socio-spatial segregation, assuming the State as the main actor of this process. In seeking to understand this dynamic dialectic formation of urban space, we propose to examine the reality of Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras, located in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, on which to base this argument and thus achieve unite theory and praxis regarding the proposed concepts mentioned. Thus, this work leads to reflection about this space that has been produced by capitalism, its implications, intentions and conflicts. And yet, within this perspective, the discussion about the possibility of forming an "other space" than this one that seems to be as unique as possible.

Key-Words: Production of urban space; social spatial segregation, urban planning, State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Juiz de Fora na região sudeste brasileira.....	12
Figura 2: Município de Juiz de Fora – MG	41
Figura 3: Usina de Marmelos/Juiz de Fora – MG.....	44
Figura 4: Localização do conjunto habitacional Jardim Caiçaras na cidade de Juiz de Fora.....	55
Figura 5: Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras e seus limites	56
Figura 6: Jardim Caiçaras e áreas próximas.....	57
Figura 7: Vista Parcial Caiçaras I.....	60
Figura 8: Relação da Renda entre os três Caiçaras.....	61
Figura 9: Vista Parcial Caiçaras II.....	62
Figura 10: Casas do Caiçaras II (entregues no tijolo).....	62
Figura 11: Padrão Único de Luz - Caiçaras III.....	63
Figura 12: Quadro do tipo de acesso ao imóvel.....	64
Figura 13: Vista Parcial Caiçaras III.....	65
Figura 14: Avaliação do Atendimento da Prefeitura Municipal.....	67
Figura 15: Placa da Inauguração da Escola.....	70
Figura 16: Principais Carências Segundo os Moradores.....	71
Figura 17: Limite entre o Conjunto Habitacional e a Reserva Biológica Santa Cândida.....	73
Figura 18: Mini lixão na Reserva Biológica Santa Cândida.....	74
Figura 19: Torres de Transmissão de Energia que dividem o Jardim Caiçaras.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	17
1.1 - Metodologia	19
2 – A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO	23
2.1- O papel do Estado e o Planejamento Urbano.....	32
2.2 - Planejamento e Segregação Sócio-Espacial.....	35
3 – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA – MG.....	41
3.1- Juiz de Fora e a Questão da Habitação.....	47
4 – O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM CAIÇARAS: Contradições do Sistema Capitalista de Produção do Espaço Urbano.....	55
4.1 – Os Caiçaras I, II E III: Um espaço homogêneo e desarticulado.....	60
5 – PARA NÃO CONCLUIR.....	77
5.1 – Notas Finais.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	87
ANEXOS.....	94

INTRODUÇÃO

As cidades sempre expressaram diferenças e contradições, visto serem o lócus da produção, distribuição, troca e consumo, além de nelas coexistirem diferentes classes sociais. No modo de produção capitalista estas diferenças e contradições se tornam exacerbadas, e o que passa a dominar nas cidades são as leis do mercado e do consumo. O distanciamento entre as classes muitas vezes se mostra abissal, e os processos de alienação, espoliação, expropriação, especulação, segregação, estão ainda muito presentes e intensos neste espaço mercadorizado, onde o uso e o valor de uso cada vez mais dão lugar à troca e ao valor de troca, transformando assim a cidade obra em cidade produto.

Decorre que, neste espaço que vem se conformando, o direito à cidade, entendido como algo que perpassa o acesso a moradia, incluindo também a cultura, o lazer, a festa, o acesso irrestrito a todos os espaços, redes e circuitos presentes nas cidades, torna-se privilégio de alguns, de uma seleta parcela da população em detrimento da outra (a maioria), que é (sub) locada em espaços estratégicos para o mercado, ou seja, lugares que por motivos diversos apresentam baixo valor para o mercado. Este espaço, que faz parte de uma lógica maior – a lógica do capital – representa um reflexo das transformações que ocorrem na economia-mundo.

É sobre este contexto que buscaremos refletir nesta pesquisa através do nosso recorte espacial constituído pelo conjunto habitacional Jardim Caiçaras, que se constrói com características e especificidades bastante peculiares e configura-se como um espaço extremamente fragmentado e contraditório, evidenciando o que Corrêa (2000) destaca como característica própria do espaço urbano capitalista: a desigualdade.

O bairro Jardim Caiçaras está localizado na região oeste da cidade de Juiz de Fora, a qual se caracteriza como cidade de porte médio, centro regional da Zona da Mata Mineira, com população estimada em 516.247 habitantes conforme o IBGE, (2011).

Figura 1 – Localização de Juiz de Fora na região sudeste brasileira



Fonte: SILVA, 2011.

Segundo Menezes (2003), desde a sua consolidação como cidade, Juiz de Fora sempre atraiu investimentos de todas as ordens, assim como sempre foi ancoradouro da migração intra e inter-regional. Nas últimas décadas a cidade vem crescendo em direção à Zona Oeste, sendo que um dos eixos de crescimento é a Cidade Alta, região formada por diferentes bairros¹. Tal região vem apresentando nos últimos anos fortes investimentos tanto do setor público como privado, o que conduziu à sua valorização e consequente dinamização do mercado imobiliário.

O bairro Jardim Caiçaras situa-se a noroeste da Cidade Alta e faz limite com a reserva biológica municipal Santa Cândida e o bairro Parque São Pedro. Sua origem se dá em meio a conflitos, formando um conjunto habitacional que se constrói em três momentos e com processos diferenciados. Em 1998, a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora em parceria com a Fundação Solidariedade Pró-Habitação constrói o

¹ Ao todo a região oeste congrega cinco microrregiões num total estimado de 44 bairros, sendo que o bairro Jardim Caiçaras integra a microrregião Oeste II em conjunto com os bairros Adolfo Vireque, São Pedro, Jardim Casablanca, Parque São Pedro, Portal da Torre, Residencial Cidade Alta, Residencial São Lucas e o bairro Santos Dumont.

primeiro conjunto de moradias de 48 m², voltadas para famílias de baixa renda. No ano de 2003, a prefeitura em parceria agora com a EMCASA (Empresa Municipal de Habitação de Juiz de Fora S.A), dá início à construção do loteamento Caiçaras II, com moradias de 28,5 m² e voltadas para famílias procedentes de diversas áreas de risco da cidade. Neste momento emerge o primeiro conflito sócio-espacial, onde os moradores do Caiçaras I promovem uma auto-segregação em relação aos moradores do Caiçaras II, confirmando a idéia de Sposito (2007) de que a periferia, antes vista como espaço homogêneo, agora é segmentada, segregada:

[...] a periferia segmenta-se, pois a proximidade física de usos diferentes e de conteúdos sociais e culturais diversos não promove, em si, integração, mas gera separação socioespacial, sob a forma de segregação socioespacial ou de fragmentação urbana (SPOSITO, 2007, p.17).

Colaborou para o agravamento do conflito o fato de ter ocorrido a ocupação irregular de alguns domicílios por pessoas que não faziam parte do cadastro da EMCASA.

Em 2007 são construídas 15 moradias próximas ao Caiçaras II para resolver o problema de algumas famílias que ocupavam de forma irregular e sem qualquer infraestrutura um local próximo ao loteamento, que os próprios moradores designarão de Caiçaras III. Contudo, durante a fase de construção ocorre processo federal contra o executivo municipal, e a construtora que estava a serviço da prefeitura, abandona a construção.² Neste momento as famílias já cadastradas mudam-se para as casas, embora desprovidas de infraestrutura básica necessárias às condições mínimas de habitabilidade.

Este quadro nos leva a analisar o papel do Estado como agente produtor do espaço urbano, responsável pela produção, distribuição e gestão dos equipamentos públicos de consumo coletivo necessário à vida nas cidades através do planejamento urbano. No bairro Jardim Caiçaras, no entanto, as ações do Estado e

² Em 9 de abril de 2008, o então prefeito de Juiz de Fora Carlos Alberto Bejani foi preso durante a chamada "Operação Passárgada" da Polícia Federal, acusado de desvio de recursos que eram repassados pela União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em sua casa foram encontrados e apreendidos 1,12 milhão de reais em espécie, um revólver de uso exclusivo das Forças Armadas, duas pistolas e uma carabina. Em consequência, no dia 13 de junho a Câmara Municipal de Juiz de Fora, após realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, decidiu pedir a cassação de Bejani. Ele, porém, se antecipou à decisão, anunciando a renúncia em 16 de junho de 2008.

o desrespeito aos preceitos da legislação urbanística promoveram a construção de um espaço precarizado, com uma infraestrutura urbana deficiente, comprometendo a segurança e o bem-estar do espaço residencial. Tal situação gerou um processo de segregação sócio-espacial dentro do próprio bairro e em relação aos bairros circunvizinhos.

Assim, dentre diversas questões e problemas observados no bairro, o que mais chama a atenção é a segregação sócio-espacial - daí este ser um dos temas centrais desta pesquisa - assim como o “acesso” dos moradores a equipamentos e infraestrutura urbana.

É fundamental para este trabalho pensar no planejamento urbano e no papel do Estado como principal agente produtor deste espaço. Isto Porque entendemos que qualquer cidadão deveria ter (inclusive segundo a constituição federal) direito à saúde, moradia, qualidade de vida digna, enfim, direito à cidade e a todos os equipamentos urbanos que ela dispõe.

Desta forma, pretendemos analisar a possibilidade real de efetivação do direito à cidade no espaço urbano que veio se conformando dentro dos moldes do modo de produção capitalista. Partimos do entendimento de que na produção capitalista do espaço urbano o planejamento efetuado pelo Estado tende a reproduzir uma lógica segregacionista através de uma segregação induzida.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** analisar a produção do espaço urbano a partir dos espaços segregados na cidade capitalista, utilizando o conjunto habitacional Jardim Caiçaras como lócus e práxis dessa relação dialética entre o espaço concebido e vivido.

A consecução de nosso objetivo geral se dará amparada em alguns **objetivos específicos**, dentre eles a análise do processo de formação do conjunto habitacional assim como as dinâmicas segregacionistas nele presentes, tanto as que ocorrem intra-bairro como em relação aos bairros vizinhos, a verificação da atuação do poder público no bairro desde a sua fundação até os dias atuais assim como a relação entre o mesmo e os moradores, a verificação da possível relação entre o planejamento urbano e segregação no citado local de estudo.

Seguindo esta perspectiva, o trabalho encontra-se organizado em seis capítulos, divididos em Introdução, dois capítulos teóricos, três capítulos de desenvolvimento e considerações finais.

Na Introdução é apresentada uma visão geral acerca do tema por nós proposto assim como do nosso objeto de estudo. São abordados também neste capítulo os objetivos (geral e específicos) da nossa presente pesquisa.

O primeiro capítulo - Fundamentação Teórica e Metodológica - traz os referenciais teóricos e metodológicos que deram suporte à trajetória da pesquisa. Buscamos tratar o método adotado neste trabalho enquanto posicionamento político e filosófico do pesquisador frente à realidade e ao objeto de estudo. Nesta perspectiva, abordamos também a metodologia adotada para a execução deste trabalho, a qual segue em concordância com o método escolhido.

No segundo capítulo – A Produção Capitalista do Espaço Urbano – dissertamos acerca da produção social do espaço urbano e sua conformação dentro do modelo capitalista de produção. É apresentada a discussão acerca do Estado e do Planejamento Urbano na produção deste espaço em um sub-capítulo (o papel do estado e o planejamento urbano), e posteriormente em outro sub-capítulo (planejamento e segregação sócio-espacial) apontamos como este Planejamento ajuda na promoção da segregação sócio-espacial.

O terceiro capítulo - Caracterização do Espaço Urbano de Juiz de Fora – MG – traz justamente um breve histórico acerca do surgimento da cidade e algumas características de sua trajetória até a atualidade. Em um sub-capítulo (Juiz de Fora e a Questão da Habitação) discutiremos sobre a questão habitacional na cidade ao longo dos anos e enfocamos as características relacionadas ao nosso tema de pesquisa que é o planejamento e a segregação sócio-espacial.

No quarto capítulo abordamos nosso objeto de estudo propriamente dito, seja este, o conjunto habitacional Jardim Caiçaras. Nesta primeira parte do capítulo trabalhamos o conjunto habitacional como um todo, relatando seu surgimento, sua história e suas particularidades, na tentativa de alinhar a teoria à práxis. Na segunda parte do capítulo tratamos especificamente de cada “módulo” do conjunto habitacional, ou seja, os Caiçaras I, II e III. São abordadas as peculiaridades e características específicas de cada um e a relação entre os três, assim como a relação dos mesmos com o poder público e o restante da cidade.

No quinto capítulo – Para não concluir... – trazemos à tona a discussão da possibilidade da produção de um outro espaço que não este que vem se conformando dentro dos moldes capitalistas de produção.

Por fim, apresentamos nas Notas Finais algumas considerações gerais e levantamentos acerca do que fora discutido no decorrer do trabalho.

1- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O trabalho pautar-se-á no materialismo histórico e dialético, a partir de bibliografia científica de base marxista que evidencia a divisão da sociedade em classes distintas e a luta das mesmas no contraditório processo de (re)produção capitalista do espaço. Nesta perspectiva, não há cenário mais apropriado para elucidar a luta de classes do que o espaço urbano, por essência, desigual e dialético.

Compartilhamos da concepção que compreende o método como fundamental instrumento no processo de busca do conhecimento e apreensão do objeto pelo pesquisador. Assim, de acordo com Beserra:

Para Marx, o conceito de método distingue-se radicalmente da concepção que o considera como um conjunto de procedimentos ou passos aprioristicamente selecionados pelo investigador para buscar a confirmação ou negação das hipóteses que traz consigo. O método é, antes de mais nada, entendido como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado (BESERRA, s/d, p.4).

Acerca dos aspetos que definem o método de Marx, destacamos sua abordagem sobre o processo de formação do conhecimento. Em primeiro lugar, para Marx é o ser social que determina a consciência, e não o contrário, ou seja, é a partir das contradições e conflitos da vida material, do “concreto real” que o pensamento exercerá sua atividade criadora. A este respeito, Marx (2008, p.45) afirma que “Não é a consciência dos homens que determina a sua existência. É, pelo contrário, a sua experiência social que determina a sua consciência”.

De acordo com os pressupostos deste método o processo de conhecimento realiza-se em duas fases: abstração e concreção. Na primeira, o ponto de partida seria o real aparentemente caótico, onde através de um processo de afastamento deste real, através de processos de abstração, decompõe-se o “real caótico” em partes para extrair do particular (a parte) a generalidade desprovida de conteúdo. A partir daí, o segundo momento seria a viagem de volta ao real, o momento da concretização, onde estabelecida a relação dialética da parte com o todo, através de um processo de síntese, o concreto pensado consegue penetrar no objeto e

apreender sua processualidade e sua objetividade, entendendo, portanto o real, ou concreto real, enquanto síntese de muitas determinações, ou seja, a unidade do diverso.

Assim, o nosso intuito é o de analisar e entender nosso objeto de estudo dentro de um processo maior, fazendo parte de uma totalidade, e não somente analisar o conjunto habitacional isoladamente, como se este não interferisse e sofresse ação direta da cidade como um todo. Ou seja, mesmo sendo “uma parte”, entendemos que ele está imbricado “no todo”.

Gostaríamos de destacar alguns autores que serão de fundamental importância para o aporte teórico desta pesquisa, dentre eles, Henri Lefèbvre, Milton Santos, David Harvey, Mark Gottdiener, Ana Fani Alessandri Carlos, Ermínia Maricato, Arlete Moysés Rodrigues, Flávio Villaça, Roberto Lobato Corrêa e Marcelo Lopes de Souza.

Desta forma, para discorrermos acerca da produção do espaço urbano, assim como do direito a cidade – conceito que tangencia toda a pesquisa por estar diretamente relacionado com o tipo de produção do espaço – utilizaremos como base o autor Henri Lefèbvre. Contribuindo para a discussão do tema, dentro da mesma linha de pensamento, os autores Mark Gottdiener, David Harvey e Roberto Lobato Corrêa trazem uma visão contemporânea; da mesma forma, Milton Santos, Ana Fani Carlos Alessandri e Arlete Moysés Rodrigues além da atualidade das discussões, ajudam-nos a compreender a realidade brasileira.

Para abordarmos os temas segregação e planejamento urbano, utilizaremos como base os autores Flávio Villaça, Marcelo Lopes de Souza e Ermínia Maricato. Destacamos que os autores acima citados, de certa forma, contribuirão também na construção destes conceitos, visto o conhecimento e o amadurecimento das idéias se dar de maneira cumulativa e relacionada; e não de forma independente, como se fosse possível apartar a ideia de cada autor sem fazer as ligações entre eles.

1.1 – METODOLOGIA

Para a realização de uma pesquisa científica, além do método, é necessário também, que o investigador adote uma metodologia, ou seja, um “conjunto de técnicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, ajustada de acordo com os objetivos e a problemática” (MATOS; PESSOA, 2009, p. 282). Nesta perspectiva, a metodologia adotada na presente pesquisa foi a qualitativa, onde os autores Silva e Silveira esclarecem que:

[...] a pesquisa qualitativa é caracterizada como compreensiva, holística, ecológica, humanista, bem adaptada para a análise minuciosa da complexidade, próxima das lógicas reais, sensível ao contexto no qual ocorrem os eventos estudados, atenta aos fenômenos de exclusão e de marginalização (SILVA; SILVEIRA, 2011, p. 152).

É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa é baseada em métodos que não implicam quantificação, mas sim a interpretação do fenômeno estudado. Assim, ao adotar este tipo de pesquisa é preciso ter clara a ideia de que entre pesquisador e sujeitos de pesquisa há uma relação dinâmica e de interdependência. Segundo Matos; Pessoa (2009, p.281) “Esse reconhecimento da relação entre pesquisador e objeto de estudo é pautado pelas orientações filosóficas que guiam as pesquisas de abordagem qualitativa”. Os autores destacam ainda que a escolha entre a pesquisa qualitativa ou quantitativa deve ser feita com base nos objetivos a serem alcançados, ou seja, a benefício da pesquisa e não do pesquisador.

Todavia, apesar das claras diferenças entre os dois tipos de abordagens, isto não quer dizer que ao optar por um tipo de pesquisa tenha-se necessariamente que excluir o outro. Tais diferenças não excluem a possibilidade de trabalhar as duas abordagens de maneira integrada e complementar, constituindo a chamada pesquisa quali-quantitativa.

De acordo com Silva e Silveira (2011) a pesquisa científica se divide em fases, sendo as três principais:

- a) **exploratória**, na qual o pesquisador toma contato com a realidade e com os pesquisados; b) **envolvimento**, na qual se aprofunda a partilha de conhecimento com os pesquisados e a observação de seu

comportamento e atitudes, coletando-se os dados; e c) **finalização**, na qual o pesquisador vai elaborando a análise do “material” (SILVA; SILVEIRA, 2011, p. 154, grifo nosso).

Nesse contexto, serão expostos a seguir os caminhos e técnicas que foram adotados na presente pesquisa para a busca do entendimento e apreensão do objeto de pesquisa.

A primeira etapa teve um caráter teórico, visto constar principalmente de **pesquisa bibliográfica** para fundamentação e embasamento sobre os assuntos e conceitos relevantes ao tema proposto. Foram de fundamental importância as resenhas e fichamentos feitos concomitantemente às leituras, pois estes foram consultados desde o início até o término do trabalho.

Efetuuou-se também **levantamento de dados** históricos através de investigação documental, considerando os dados disponíveis nos órgãos oficiais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério das Cidades e o Estatuto da Cidade. Assim como a análise de documentos oficiais e registros da Empresa Municipal de Habitação de Juiz de Fora S.A (EMCASA) e o Plano Diretor de desenvolvimento urbano de Juiz de Fora.

Através de visitas a campo foi realizada **observação** para uma melhor aproximação com os moradores através de conversas informais, e possível detecção dos problemas aparentes. Sobre esta técnica Marconi e Lakatos (2007) destacam que:

A Observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.[...] A Observação tem como principal objetivo registrar e acumular informações. Deve ser controlada e sistemática. Possibilita um contato pessoal e estreito do investigador com o fenômeno pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 275).

Portanto, observar não significa simplesmente olhar, é preciso que o pesquisador busque a essência que está por trás da aparência.

Nesta tentativa, foi realizada aplicação de questionários com intuito de identificar mais precisamente as deficiências presentes no local, assim como tabulação e representação dos dados coletados através de gráficos. Trabalhamos com os seguintes indicadores: água e esgotamento sanitário, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, presença de vetores, trabalho, renda per capita, educação, condições de habitação, oportunidades culturais e de lazer, índice de saúde e presença de determinadas doenças.

É importante salientar que dentre esses fatores, alguns já foram detectados no bairro através da aplicação de questionário que realizei juntamente com outros colegas enquanto fiz parte do LATUR (Laboratório de Territorialidades Urbano – Regionais da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG). Tais questionários foram aplicados durante o ano de 2008 justamente devido o interesse que já apresentava pelo conjunto habitacional, haja visto o mesmo ter sido tema de minha monografia de conclusão de curso. O questionário completo encontra-se no Anexo 1.

Posteriormente, para uma maior sustentação da pesquisa foram realizadas **entrevistas semi-estruturadas** com alguns moradores, sendo estas constituídas de perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas). O objetivo deste tipo de entrevista é permitir ao informante discorrer acerca do assunto proposto de forma mais espontânea, possibilitando ao pesquisador a obtenção de informações além das previstas.

Deste modo, esta parte da nossa metodologia mostrou-se de fundamental importância para o embasamento da pesquisa, uma vez que ela nos possibilitou o acesso a dados e informações acerca da formação do conjunto habitacional assim como de circunstâncias específicas ocorridas no mesmo. Como alguns fatos relatados não foram documentados oficialmente e tampouco noticiados (haja vista ser este mesmo o objetivo devido ao conteúdo dos mesmos), a narrativa de alguns moradores serviu-nos como fonte de dados.

Assim, estes dados foram utilizados mais especificamente no capítulo 4, o qual tratou do nosso objeto de estudo propriamente dito, justamente para elucidar conjunturas as quais não houve registro oficial e que representam parte essencial de nossa pesquisa.

Ao final retornamos às leituras da pesquisa bibliográfica discriminadas no referencial teórico para que houvesse um diálogo entre a pesquisa feita em campo e

a bibliografia estudada, buscando a apreensão e o entendimento do objeto de estudo a partir da análise crítica dos resultados obtidos.

2 - A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO

Para dissertarmos acerca do conceito de *espaço*, nosso principal interlocutor, o qual comungamos com seus pensamentos e teorias será o filósofo Henri Lefèbvre, e suas obras utilizadas como base serão respectivamente *Espaço e Política* e *O Direito à Cidade*. De maneira geral, afirmamos que o espaço caracteriza-se por ser produtor e produto social. Ele é ao mesmo tempo condicionante e reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. Caracterizando o que Milton Santos denomina como *rugosidades*.

Para Santos (2008, p. 63) é a ação humana que organiza o espaço, ou seja, para ele o espaço caracteriza-se como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Lefèbvre (2008) contribui de maneira particular e efetiva para a definição do conceito com a afirmação de que o espaço apresenta-se ao mesmo tempo como abstrato/concreto, global/fragmentado, homogêneo/desarticulado. Tais características trazidas pelo autor nos ajudam a ampliar o horizonte de análise sobre o conceito e a compreender parte de sua complexidade. Para o autor:

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. **O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção** (LEFÈBVRE, 2008, p. 48, grifo nosso).

Portanto, ao admitirmos que o espaço seja um produto, não estamos dizendo que ele se equipara a uma coisa ou objeto qualquer. É preciso aprofundar a análise do conceito de produção/produto, o qual Lefèbvre apoiando-se nas idéias de Marx nos esclarece. O termo *produção* admite duas acepções: tanto a produção de coisas (produtos), como a produção de obras (todo o resto). Segundo Lefèbvre (1999, p.80) “Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre os seres

humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo”.

Desta forma, a *produção* a qual versaremos nesta pesquisa ao discorrermos acerca da produção do espaço urbano não está em nada relacionada com o sentido restrito da produção – a produção de coisas (materiais) e seu consumo – e sim ao sentido amplo do termo, ou mais especificamente, a (re)produção das relações (sociais) de produção.

Notadamente, assim como o espaço intervém no modo de produção, num movimento dialético, de acordo com a mudança de determinada sociedade há também uma mudança na conformação espacial. Fato este que se torna evidente se analisarmos o espaço das cidades ao longo dos tempos históricos e sua transformação de acordo com cada sociedade predominante.

Lefèbvre (2008) periodiza o tempo histórico dividindo-o em três eras: a era agrária, a industrial, a urbana. E, no caso específico das cidades em: cidade política, cidade comercial, cidade industrial. Sendo que, nesta pesquisa interessa o que tange especificamente à cidade industrial, pois, é onde percebemos que o direito à cidade, conceito trabalhado pelo autor em destaque de forma radical e exímia, começa a transformar-se numa coisa cada vez mais distante e impalpável.

A afirmativa de que o processo de industrialização trouxe consigo a urbanização das cidades torna-se banal, visto este fato já ter sido estudado e demonstrado por inúmeros autores. O que resta entender é a dialética deste processo. Segundo Lefèbvre (2008, p.83) “A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anticidade”. [...] Ela as fez crescer desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão)”. O que ocorre, portanto, é um estilhaçamento das cidades antigas e daquele modo de vida e organização urbanas a partir do surgimento da indústria. O uso e o valor de uso passam a dar lugar à troca e ao valor de troca, transformando a cidade obra em cidade produto.

A urbanidade também é atacada e dissolvida porque a industrialização provoca a explosão de novos espaços nas cidades sob a forma de guetos, subúrbios e periferias, intensificando a fragmentação e fazendo com que o urbano perca suas características originais. O *urbano*, conceito o qual Lefèbvre também explora densamente e que torna-se imprescindível para se entender as cidades, deve ser entendido como lugar de encontros, de convergência. Segundo o autor, ele deve ter

como característica principal a simultaneidade. Resumindo, mas não simplificando, ele se baseia no uso.

Outra característica deste período foi a mudança também nas relações de produção. Durante o capitalismo concorrencial, a preocupação dos capitalistas era fundamentalmente a reprodução dos meios de produção para consequente maior consumo dos seus produtos. Neste período as cidades tinham entre outras características a função de unidades de consumo, complementar à produção. Porém, esta reprodução dos meios de produção passa a não bastar ao modo de produção capitalista que se expandia e se complexificava de maneira acelerada. A maneira deste se defender e se manter dominante foi passar a atuar no espaço inteiro através da reprodução das relações sociais de produção. (LEFÈBVRE, 2008).

Não resta dúvida que é exatamente sobre as áreas mais carentes onde recairá a maior parte dos efeitos negativos desta urbanização. No âmbito das transformações espaciais, questões tradicionalmente relacionadas à pobreza e ao subdesenvolvimento como a insuficiência dos serviços básicos de saneamento, coleta de lixo e condições precárias de moradia, somam-se a especulação imobiliária, sobrevalorização do solo urbano, dentre outros fenômenos que irão emoldurar a cidade como um produto das novas leis e relações necessárias ao desenvolvimento e reprodução do capitalismo. O que não quer dizer que as cidades não sejam mais unidades de consumo, muito pelo contrário, elas aglutinaram sim outras funções e características, abrigando agora, ao mesmo tempo, o consumo tanto material quanto imaterial, inclusive o consumo de espaços.

Resulta que, neste espaço urbano que vem se conformando, o *espaço social*, ou o dos valores de uso e do cotidiano próximo vai dando lugar ao *espaço abstrato*, capitalista, expropriador, onde há o predomínio do valor de troca e da ordem distante. A constante consolidação das representações do espaço e da ordem distante, que acabam predominando neste espaço *abstrato*, produz e ao mesmo escamoteiam a pobreza, a injustiça social e a má distribuição de renda, pois, as inúmeras codificações materializadas no espaço contribuem, antes para ocultar do que revelar o processo de sua produção propriamente dito. Produz-se assim um espaço que traz à tona todas as contradições do sistema capitalista de reprodução do espaço urbano que ocorre no Brasil de uma forma geral e, pontualmente, no bairro Jardim Caiçaras.

Apesar de nosso recorte espacial ser feito na escala do bairro, como já dissemos anteriormente, torna-se fundamental o estabelecimento de relações intra-escalares, pois o bairro relaciona-se diretamente com a escala da cidade, e esta deve ser lida e entendida dentro de uma lógica global de reprodução do espaço.

Assim, de acordo com Lefèbvre (2008, p.44), em certa medida, o espaço torna-se “[...] um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”. Ou seja, os agentes produtores do espaço, que detêm poder sobre este, usam este poder para manipular e configurar este espaço de acordo com seus interesses e como melhor lhes aprouver, fragmentando, segregando e hierarquizando o espaço urbano. Estes agentes instauram as representações do espaço alienadas/alienantes para a conservação da ordem e das relações (sociais) de produção capitalistas, com a finalidade de manutenção do *status quo*.

Corrêa (2000) destaca como característica própria do espaço urbano capitalista a desigualdade, visto sua produção não se dar de maneira neutra. Ora, temos de concordar que é no espaço urbano onde melhor podemos observar as contradições e desigualdades do modo de produção capitalista. Isto porque, como já expusemos acima, ele é também reflexo social, ou seja, sua produção/projeção/manipulação atrela-se a ação dos agentes sociais produtores do espaço que, na sua maioria são os detentores de poder.

Corrêa (2000) elenca como agentes produtores do espaço urbano os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos, onde podemos dizer que, à exceção deste último, [...] a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação (CORRÊA, 2000, p.12).

Não é nosso objetivo nesta pesquisa discutir a ação e a estratégia específica de cada um destes agentes. Destacamos, pois, a importância do Estado por considerarmos-lo o principal agente produtor do espaço urbano. Isto porque além dele estar presente na produção, distribuição e gestão dos equipamentos públicos de consumo coletivo necessários à vida nas cidades, de uma maneira geral, fica também sob sua responsabilidade a função de estabelecer a mediação entre os diferentes interesses advindos dos distintos agentes e classes sociais.

Ratificamos, portanto, nossa afirmação anterior de que a produção do espaço urbano não se dá de forma neutra, ela é política, resultado de uma correlação de forças e ações entre os diferentes agentes. Contudo, de acordo com Souza e Rodrigues (2004), considerando-se que é o Estado o agente fundamental do modo de produção capitalista e que este age de acordo com os interesses da burguesia e da lógica de produção do mercado, podemos afirmar, então, que temos como resultado dois tipos de espaço dentro do espaço urbano: o das elites e o da classe trabalhadora em geral. Assim, a vida nas cidades, o cotidiano dos cidadãos, emolduram-se num contexto de fragmentação desigual do espaço.

Dentro da cidade nota-se com clareza a diferenciação desses espaços e equipamentos urbanos, distinguindo-se as áreas de “segregação voluntária” (condomínios fechados, por exemplo) das “induzidas” (as periferias). Na realidade, a segregação caracteriza-se como um processo dialético, onde, de acordo com Villaça (2006, p.148) “a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros”. Fato este observado em nosso local de estudo, onde ocorre não somente uma diferenciação intra-bairro, mas, principalmente entre este e as imediações, que são bairros com populações de classe econômica mais alta.

Segundo Lefèbvre o processo triádico de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço aponta para o surgimento da anticidade, na medida em que intensifica a segregação socioespacial no urbano.

O processo de fragmentação do espaço se intensifica na medida em que o valor de troca (espaços comprados e vendidos, consumo de bens, lugares e signos) sobrepõe-se ao valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano). Os espaços são cada vez mais divididos, fragmentados em lotes, glebas, para maior lucro dos detentores de terras. Ele é [...] artificialmente rarefeito para “valer” mais caro; ele é fragmentado, pulverizado, para a venda no atacado e no varejo (LEFÈBVRE, 2008, p.125). Destacamos aqui o papel fundamental exercido pela especulação imobiliária no jogo da oferta e procura, fazendo com que aumente ainda mais o valor de troca destes espaços. Desta forma, o espaço urbano torna-se assim o meio das segregações, onde há a produção de diferentes espaços para as diferentes classes nele presentes. Salientamos ainda que a produção destes espaços obedecem a uma lógica específica, uma hierarquização.

Esta hierarquia na qual os espaços se enquadram e encaixam-se num movimento visto através do “véu da organização” como natural, nada tem de espontâneo ou inocente. Cada espaço – abrangendo função, forma e estrutura – é produzido e disposto de acordo com o interesse de quem o produz (uma pequena e seleta parcela da população), de quem detém o poder; daí ele ser repleto de signos, códigos, símbolos e representações.

As representações do espaço além de ser um condicionante da sociedade, servem para manter/sustentar o controle da ordem e do tempo no espaço urbano. Mesmo ocultando sua essência por trás da aparência, tendo como aspecto um espaço do cotidiano, das necessidades vitais, estes espaços são o das necessidades filtradas e codificadas, muitas vezes, inclusive, “necessidades produzidas”. (LEFÈBVRE, 2008).

Porém, chega um ponto no qual os habitantes da cidade passam a incorporar tais representações ao seu cotidiano, os signos passam também a ser “consumidos”. Contudo, mesmo passando de forma despercebida, sua influência permanece.

O capitalismo necessita instituir novos espaços, novos setores dentro do espaço urbano, ou seja, “expandi-lo”. Isto porque é através da reprodução do espaço urbano que se dá a reprodução do sistema, a reprodução do capital, na medida em que é neste espaço que se torna possível a reprodução das relações de produção.

Podemos citar como exemplo os simulacros, espaços manipulados, construídos como uma representação/clone de determinada realidade, para que as pessoas ao consumirem este espaço tenham a mesma sensação ligada aos lugares originalmente parecidos com aqueles criados. Assim também são os espaços pensados para parecerem que estão “fora” do sistema, com um ar de liberdade e de festa, e que estão totalmente dentro do sistema, ligados diretamente ao setor produtivo, assim como todos os outros. Utilizando as palavras de Lefèbvre (2008), é a indústria dos lazeres oferecendo a fuga dos espaços de consumo rumo ao consumo de espaços. Para isto, estes espaços geralmente se equipam de ampla e completa infraestrutura, tecnologia e investimento público e/ou privado a depender do empreendimento, oferecendo conforto e tranquilidade a quem destes espaços for usufruir.

Da mesma forma, os espaços destinados às elites nas cidades também dispõem de toda infraestrutura e equipamentos públicos urbanos de que necessitam, oferecendo a quem ali habita uma vida confortável e segura. Contudo, apesar deles terem acesso aos benefícios, aparatos, e à(s) centralidade(s) da cidade, eles não vivem a urbanidade. Isto porque de acordo com Lefèbvre (2001, p. 22) “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade”. O que nos leva a afirmar o que foi dito acima, pois as elites não vivem o encontro/confronto das diferenças na cidade. Este grupo além de viver de maneira auto-segregada em espaços de luxo e condomínios fechados, por exemplo, fragmentando e deixando evidente a quem concerne aquele espaço, eles também frequentam e “consomem” espaços seletos.

Do outro lado encontram-se os espaços segregados de forma induzida, como os subúrbios, guetos e periferias. Estes espaços muitas vezes são construídos estrategicamente para alocar boa parcela da população que não têm acesso aos “outros espaços” (os espaços privilegiados da cidade) devido ao expressivo valor que o solo urbano adquiriu e que a especulação imobiliária ajuda a aumentar. A diferença entre estes espaços e os acima citados (os que se auto-segregam) é abissal, e ainda, como a legislação urbana costuma ser aplicada de maneira dúbia, não é garantido/fornecido infraestrutura e equipamentos urbanos públicos a estes espaços como costuma ser aos outros.

Este grupo também não vive a urbanidade. Porém, diferentemente das elites que se auto-segregam, eles não escolheram não vivê-la, mas não têm direito a ela. Eles são apartados da vida urbana. Segundo Lefèbvre (2001, p.102) são “excluídos da cidade, às portas do “urbano””. Isto sem falar de milhares de pessoas que se alojam em lugares onde nem o mínimo lhes é garantido, que não têm direito a realmente nada, que vivem como invisíveis nas cidades.

Eis que nos deparamos com uma contradição do espaço urbano, pois, este grupo ao mesmo tempo expressando-se como a negação do urbano, ele também o revela. Poderíamos dizer que estas pessoas encontram-se inclusas, mas excluídas, integradas e ao mesmo tempo não-integradas. Isto porque estas pessoas encontram-se inseridas no espaço urbano, mas não vivem a urbanidade, estão integradas ao modo de produção capitalista contribuindo ativamente para a reprodução do sistema, mas não compartilham de suas benesses. Segundo a

análise de Lefèbvre (2008), é preciso entender a segregação, do ponto de vista político, como uma estratégia de classe.

Isto porque os espaços precarizados, os espaços da segregação induzida, acabam sendo ignorados pelo Estado e a população sofrendo mais efetivamente com a falta de equipamentos e políticas públicas. Esta segregação espacial, econômica e social das classes pobres foi decorrente da expansão/explosão das cidades devido ao acelerado processo de urbanização. Neste caso fica evidente que os conceitos sobre crescimento e desenvolvimento tomaram direções inversamente proporcionais, ou seja, o crescimento urbano foi acompanhado de uma deterioração da vida social.

Engels em meados do século XIX já retrata esta situação onde conjuntamente com o avanço da industrialização, avançava também a segregação, as condições precárias de moradia e a miséria, como se pode observar no trecho abaixo:

Os pobres estão por toda parte, a indigência avança e insere-se, com toda a sua monstruosidade, no coração de uma grande e florescente cidade. Nos milhares de becos e vielas de uma populosa metrópole sempre haverá – dói dizê-lo – muita miséria que fere o olhar e muita gente que nunca será vista (ENGELS, 2008, p. 75).

Isto porque, desde a produção de “coisas” (objetos materiais os mais diversos) à produção do espaço, a técnica e as tecnologias são distribuídas e apropriadas de forma desigual. Não somente no que se refere à apropriação dos meios de produção, mas também ao que é produzido, uma vez que a distribuição das riquezas do trabalho não é igualitária. Podemos dizer que o desenvolvimento técnico e a distribuição de novas tecnologias reconfiguraram e remodelaram as paisagens e as formas de organização territorial vigentes no campo e nas cidades, fazendo com que estas experimentassem um crescimento jamais visto até então. Porém, este crescimento se deu à custa da degradação do urbano e da vida social, como exposto acima.

Segundo Lefèbvre,

o urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes,

dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado. (LEFÈBVRE, 2001, p.102).

Concordamos com o autor de que todos os cidadãos deveriam ter direito à participação, à integração, a vivenciar a cidade de forma integral. Todos deveriam, portanto, ter direito à *cidade*, ou seja, além de moradia, também a cultura, o lazer, a festa, ao acesso irrestrito a todos os espaços, redes e circuitos presentes nas cidades. Mas não é assim que ocorre nas periferias desurbanizadas, nos subúrbios e guetos de diversas cidades.

Assim, como tentativa de amenizar essas disparidades, a aparência da homogeneização é buscada através de diversas estratégias, como por exemplo, a construção de “conjuntos”, a instalação de redes nas cidades que se estendem ao espaço inteiro, e também as ideologias e representações do espaço que têm como objetivo a redução das diferenças na forma de repetições/regulações. Portanto, salientamos que não se confunda homogeneidade com igualdade, pois como destaca Lefèbvre, o espaço homogêneo, planejado, não é outro que o “*espaço de morte*” (2008, p.145), de retrocesso da prática social e destruição da urbanidade. Assim, um espaço com igualdade de direitos, não há de ser necessariamente homogêneo. Inclusive porque tal “homogeneização” na realidade torna-se inexecutável, pois, o espaço urbano, em sua essência, mostra-se de fato hierarquizado, segregado, fragmentado e “selecionado”.

Dessa forma, como afirmamos anteriormente, a tríade fragmentação – homogeneização – hierarquização ao consolidar-se no espaço urbano, contribui para o surgimento da anticidade, posto que impede que o direito a cidade seja vivenciado por todos de forma igualitária. Tal afirmativa pode ser observada e constatada no espaço que vem se conformando ao longo dos últimos tempos, sendo este produzido em um padrão de ‘espaço capitalista’ que garanta a sobrevivência do sistema e, principalmente, a reprodução do capital. Ele emoldura-se cada vez mais como um espaço abstrato, do predomínio do valor de troca sobre o de uso, do consumo dirigido, do poder, da lógica reguladora do Estado e da forte presença das representações do espaço.

Porém, precisamos salientar que entre outras coisas, o espaço urbano é também um espaço de lutas, de contradições, de resistências. Em meio a essa tentativa de planificação e homogeneização do espaço, perduram os espaços de

representação, ligados ao lado clandestino da vida social e relacionados diretamente ao vivido. Estes espaços encontram-se principalmente nas periferias, guetos e favelas, onde o Estado e as representações do espaço não chegaram efetivamente.

As ocupações, construções de favelas, autoconstruções nas periferias, tornam-se ao mesmo tempo um tipo de resistência nas cidades e uma luta por sobrevivência. Nestes lugares ainda se encontra e consegue-se perceber o sentido do *uso do/no espaço*.

Assim, da luta travada pelas classes pobres na tentativa de amenizar as desigualdades presentes no espaço urbano, um outro tipo de espaço se conforma. Neste caso, não há o predomínio das lógicas globais e da escala macro materializadas no espaço, mas um espaço que se conforma dialeticamente contemplando as manifestações do lugar, onde os indivíduos são de fato concebidos como agentes no processo de construção.

Dessa forma, destacamos a importância dos grupos sociais excluídos como promotores do espaço urbano por luta e resistência contra a estratégia de classe a eles dirigida. Consideramos que são eles os agentes capazes de promover uma transformação deste espaço, o qual se apresenta para eles quase como uma quimera, visto que eles têm acesso a uma parte muito restrita deste espaço parcelado, fragmentado e hierarquizado.

É neste ponto que a relação dialética entre os espaços *concebido* e *vivido* torna-se evidente e contundente para o entendimento da produção do espaço urbano como um todo homogêneo e desarticulado, que mantém uma unidade na fragmentação.

2.1 - O PAPEL DO ESTADO E O PLANEJAMENTO URBANO

De acordo com Souza e Rodrigues (2004, p. 15) o planejamento é

[...] uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir deste conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar melhor possíveis benefícios (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 15).

Ou seja, ele envolve o pensar/agir em favor da otimização do espaço urbano, que, no modo de produção capitalista, onde se prioriza sob diversas formas a acumulação/reprodução de capital, esta “otimização” torna-se distorcida.

Cabe destacar que o planejamento urbano diferencia-se de outros termos a ele relacionado, como gestão e plano urbanístico, devido à escala temporal. A gestão urbana, termo pretendido por alguns para substituir o planejamento urbano, é uma atividade referente ao tempo presente, [...] é a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.16). Ela é voltada para o curto prazo e o planejamento urbano para médio e longo prazo. Souza (2004, p.46) adverte-nos que “longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*” (grifos do autor). Já o plano urbanístico trata-se somente de um item do planejamento urbano. Nele são definidas alterações de traçado e remodelações das formas espaciais do tecido urbano.

Nota-se que o planejamento urbano destaca-se em relação aos outros termos devido a sua abrangência e complexidade, pois, ele utiliza instrumentos de gestão que lidam com a organização do espaço urbano como um todo sob a ótica do tempo presente e futuro. A partir dele é que são definidos políticas e programas públicos orçamentários de habitação, saúde, educação, transporte, etc. E é neste ponto que destacamos a importância e o papel fundamental do Estado.

No decorrer do processo de consolidação do Estado moderno tem-se um rearranjo do poder político-decisório, que, de disperso passa a ser centralizado neste. Assim, ele passa a ser a entidade regedora da sociedade ocidental com a legitimidade de elaboração e execução das leis (CASTRO, 2005).

Devido à centralização do poder político no Estado, este passa a ser o principal agente de (re)produção do espaço urbano, pois passa a deter um conjunto de instrumentos fundamentais que o capacita a isso. Corrêa elenca alguns destes instrumentos, como:

[...] (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras; (b) regulamentação do uso do solo; (c) controle e limitação dos preços de terras; (d) limitação da superfície de que cada um pode se apropriar; (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; (f) taxação de terrenos livres, levando a

uma utilização mais completa do espaço urbano; (g) mobilização das reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infra-estrutura; (i) organização de mecanismos de crédito à habitação; e (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material (CORREA, 2000, p. 25).

Dessa forma o Estado atua diretamente no espaço urbano como grande industrial, consumidor de espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário, promotor imobiliário e regulador do uso do solo. Daí ele ser o agente, por excelência, promotor do planejamento urbano, uma vez que ficam sob seu cargo as atividades que integram o mesmo, ou seja, criação, execução e fiscalização das leis e programas.

De uma maneira geral, na sociedade capitalista, o Estado tem a função de estabelecer a mediação entre os diferentes interesses advindos dos distintos agentes e classes sociais. Isso vai repercutir diretamente na prática do planejamento urbano, fazendo dela [...] política por excelência, uma vez que envolvem relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.24).

Nesse jogo de interesses o posicionamento do Estado não se realiza de maneira neutra, suas ações geralmente são voltadas para o interesse de determinadas classes. Assim, [...] o planejamento e a gestão tendem a ser conservadores- isto é, a conservar a ordem econômica e política atual- , uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.24).

No entanto, não se pode descartar que o planejamento realizado pelo Estado possa em alguns momentos amenizar as desigualdades materiais presentes no espaço urbano. Isto, porém, quando o mesmo é submetido a pressões e à fiscalização exercida pela própria sociedade civil. Assim, como afirma Souza e Rodrigues.

Existe a possibilidade, porém, de que em determinados momentos, se estabeleça uma correlação de forças políticas que permita que o Estado exerça um papel diferente; isso vai depender, e muito, do grau de conscientização e mobilização da sociedade civil (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 13).

Neste sentido, faz-se necessário destacar o papel fundamental dos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONG's), sindicatos e diversos outros segmentos da sociedade civil organizada que, procuram tencionar o Estado na busca por um planejamento urbano justo e democrático, que efetive o cumprimento dos direitos sociais básicos.

De acordo com o pensamento de Souza (2004), o planejamento assim como a gestão urbanos servem (ou pelo menos deveriam servir) como ferramentas de promoção do *desenvolvimento sócio – espacial*. O autor utiliza este termo, pois entende que “a mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade” (SOUZA, 2004, p.61). Para ele o verdadeiro processo de desenvolvimento sócio – espacial ocorre quando se observa melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social.

Para isto, o autor destaca a necessidade de os indivíduos/cidadãos estarem envolvidos no processo de planejamento e gestão urbanos como agentes construtores do processo, ativos e participantes de sua própria história, e não apenas como espectadores, inertes e podados de qualquer tipo de manifestação/participação. A vivência cotidiana e o conhecimento local destes agentes podem ser de grande valia para os pesquisadores e profissionais do planejamento urbano. Para isto, torna-se mister a busca por um planejamento aberto e participativo de fato, contrário ao que vem sendo implementado no Brasil ao longo dos anos, um planejamento de cima para baixo, excludente, segregador, que acabou absorvendo o ideário do modo de produção capitalista.

2.2 - PLANEJAMENTO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

No que tange a respeito da relação entre produção do espaço urbano, segregação sócio - espacial e planejamento urbano, a presente pesquisa vem apresentar uma consideração contrária à maioria das análises feitas sobre o respectivo assunto. Ao contrário do que encontramos como afirmação e prerrogativa na maior parte dos trabalhos analisados para embasamento do nosso tema, de que a segregação sócio - espacial se dá devido à falta de planejamento, nossa ideia vai

justamente de encontro a esta afirmativa, pois consideramos que o planejamento urbano, nos moldes da produção capitalista do espaço vem servindo como instrumento de instituição/implementação desta segregação. Exemplo disto, como veremos mais adiante, são os tão propalados conjuntos habitacionais populares.

A despeito da segregação sócio-espacial, Corrêa (2000, p.60) afirma que ela é “um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano”. Contudo, no decorrer dos últimos anos, a segregação vem tomando maiores proporções e se intensificando através de um instrumento que serviria senão para freá-la, no mínimo para amenizá-la, sendo este como dito acima, o planejamento urbano.

O planejamento urbano no Brasil começou a ser implementado efetivamente no começo do século XX nas grandes metrópoles da época como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. As ações relacionadas ao planejamento urbano que marcam este início do século XX até a década de 1950, nas grandes metrópoles, são, principalmente, processos de renovação urbana e higienização. Tais processos caracterizaram-se por sucessivas ações de remoção de população pobre dos perímetros centrais, visando uma refuncionalização dos mesmos. Tais medidas eram tomadas amparadas em leis de planejamento e sob o pano de fundo da “modernização”, buscando implementar com êxito o projeto de sociedade moderna através da racionalização e da rigidez tecnocrática. Porém, estas ações acabaram promovendo e viabilizando a atuação do capital imobiliário. O resultado deste quadro, somado o êxodo rural, foi o aumento dos processos de favelização das maiores cidades. A este respeito, Maricato salienta que:

No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização (MARICATO, 2007, p. 155).

Pode-se caracterizar como um marco deste período a Reforma Pereira Passos ocorrida no Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, que consistiu em diversas obras na área central da cidade. Segundo Souza e Rodrigues (2004) os objetivos da reforma eram três: econômico/funcional; ideológico/simbólico e político/segregacionista. “A reforma foi levada a cabo de modo bastante autoritário, e

uma de suas consequências foi o estímulo à favelização e à suburbanização” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.37).

Sobre este tipo de “organização espacial”, utilizarei das palavras de Lefèbvre ao afirmar que:

Nesse processo, uma certa “racionalidade” segregadora, invocada para ordenar o espaço, acaba ratificando a expulsão dos considerados incômodos, inconvenientes, ou mesmo ameaçadores, enfim, os esbulhados de sempre para as periferias desurbanizadas (LEFEBVRE, 2008, p. 10).

A cidade de São Paulo, do final do século XIX até a década de 1930, mostra também a tentativa clara do poder público de acabar com os focos de moradias pobres e insalubres apenas legislando.

Destaca-se nesse período a inauguração de duas capitais planejadas: Belo Horizonte em 1897 e Goiânia na década de 1930. A primeira foi planejada para comportar até 200 mil habitantes, no entanto, atualmente possui mais de 2 milhões, com boa parte destes morando em favelas e loteamentos irregulares.

O urbano é nesse subperíodo, principalmente, um momento de excepcional fusão entre a nação e o Estado: cresce o Estado por afirmação da nação: Petrobrás e quase todas as BRÁS da vida, fundadas no que Giannotti chamaria a “ilusão necessária” da vontade popular, que encarna nas empresas do Estado a realização da nação (OLIVEIRA, 1977, p.72).

Nesta perspectiva, em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, tem-se a inauguração de Brasília, que era idealizada como modelo de cidade moderna e socialmente justa³. Entretanto, os operários que a construíram, em sua maioria nordestinos, acomodaram-se nas periferias, chamadas hoje cidades-satélite, e a cidade começou a crescer rapidamente de forma segregada.

As décadas de 1950 e 1960 caracterizam o período em que as grandes metrópoles mais cresceram e o momento em que as contradições urbanas foram mais latentes. É nesse contexto que em 1963, João Goulart inclui nas discussões

³ Brasília é o exemplo mais completo de cidade já construído dentro das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne).

das reformas de base a reforma urbana, porém, logo vem o golpe militar e a discussão é interrompida.

O regime militar se caracterizou como um período em que mais houve planejamento urbano no Brasil, principalmente em nível nacional e regional. Logo de início, em 1964, houve a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e do Banco Nacional de Habitação (BNH)⁴, principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira. Enquanto o primeiro deu suporte técnico para a elaboração de planos diretores, o BNH representou uma tentativa de “apaziguar” os ânimos da população pobre das cidades (Souza e Rodrigues, 2004).

Durante o regime militar também é criada, em 1973, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)⁵ integrante do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁶.

O grande símbolo da política urbana ditatorial⁷ do regime militar foi a remoção sistemática de favelas. Segundo Souza e Rodrigues (2004) só no Rio de Janeiro de 1962 até 1974 foram removidas 80 favelas, num total de 26.193 moradias destruídas e 139.218 pessoas expulsas. Segundo os mesmo autores, no caso do Rio de Janeiro, a política de remoção tinha os seguintes objetivos: retirar as favelas das áreas nobres da cidade, desmobilizar as associações de moradores para que as contestações não ganhassem maiores proporções, acabar com o burlamento de impostos e tornar a paisagem “mais agradável”.

Visto isso, pode-se afirmar que:

⁴ O BNH era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público. Sua função era realizar operações de crédito e gerir o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por intermédio de bancos privados e/ou públicos, e de agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. Foi extinto em 1986, através do Decreto-Lei nº 2.291, o qual o repassou à Caixa Econômica Federal.

⁵ Na resolução nº 003, de 11 de setembro de 1979, definia-se a PNDU como “o elemento da política nacional de desenvolvimento que diz respeito ao processo de urbanização em suas dimensões inter e intra-urbanas”. Cabe destacar que o termo “planejamento urbano” ainda se confundia neste período com “desenvolvimento urbano”.

⁶ Plano de governo que tinha como objetivo, além do crescimento econômico do país, a necessidade permanente de integração do território.

⁷ “Durante o regime militar, o planejamento urbano foi conservador, porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com todas as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por um pequeno grupo de pessoas e imposto à população, às vezes na marra, sem consulta ou consentimento prévio. Seu objetivo era ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais pudesse ser facilitada” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 42).

[...] nem o populismo “participacionista” dos anos 50 e do início dos 60, nem o autoritarismo pós-64 poderiam resolver os problemas urbanos, pois qualquer solução implicava transformações econômicas, sociais e políticas de profundidade, que não estavam em seu horizonte (MOISÉS; MARTINEZ-ALIER, 1977, p.49).

Segundo Oliveira (1977, p.75) o fato novo deste período [...] é o alinhamento de forças, com o Estado subsumido numa coligação com a burguesia internacional-associada, portanto dissociado, separado, apartado, descolado, da nação.

Já nos anos 1980 e 1990, de acordo com Souza e Rodrigues (2004), tem-se um enfraquecimento do antigo planejamento urbano regulatório, isto é, do planejamento fortemente baseado em normas, leis e ações criadas pelo Estado para regular e normatizar os diferentes usos dos espaços das cidades. Começa a vigorar, portanto, a partir dos anos 90, outro tipo de planejamento no Brasil chamado de *mercadófilo*.

Esse estilo de planejamento recebeu este nome por ser extremamente amigo do mercado, ou seja, ainda mais simpático e acrítico perante os interesses capitalistas que o planejamento regulatório clássico (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.53).

Num contexto de neoliberalismo, o interesse desse novo tipo de planejamento urbano é atrair para a cidade novos empreendimentos, o que implica geração de infraestrutura por parte do Estado e incentivos fiscais. As cidades passam a se verem como competidoras uma com as outras na chamada “guerra fiscal”. A lógica adotada passa a ser “o que é bom para os empresários é bom para a cidade”, através do argumento que os empreendimentos “aquecem” a economia e geram muitos empregos (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

O planejamento mercadófilo tem enfatizado as chamadas “parcerias público-privado”, ou seja, a cooperação entre o Estado e os empresários particulares. Essas parcerias são estabelecidas visando à criação, execução e gestão de projetos em que, na maioria das vezes, o Estado assume todos os riscos e custos, e o setor privado fica com a gestão e os benefícios (os lucros dos projetos) (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.54).

As principais características desse atual planejamento são: as parcerias público-privado (PPP's), o “marketing urbano”, a ênfase em projetos de embelezamento e revitalização e a não distinção clara entre o que é (espaço) público e privado, com uma tendência de privatização daquilo que é público. Assim, [...] de modo muito mais claro que o planejamento regulatório clássico, o planejamento mercadófilo está preocupado em defender os interesses privados, e não o interesse público, coletivo (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 54).

No início do século XXI, a questão urbana volta à tona na política nacional por meio de uma lei denominada Estatuto da Cidade⁸. Tal lei trata de reunir, por meio de um enfoque holístico, em um mesmo texto, diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental.

Sobre o Estatuto da Cidade, Maricato (2010, p.5) afirma que, embora o conteúdo do texto seja fundamental, [...] não é suficiente para resolver problemas estruturais de uma sociedade historicamente desigual na qual os direitos, como por exemplo o direito à cidade ou à moradia legal, não são assegurados para a maioria da população.

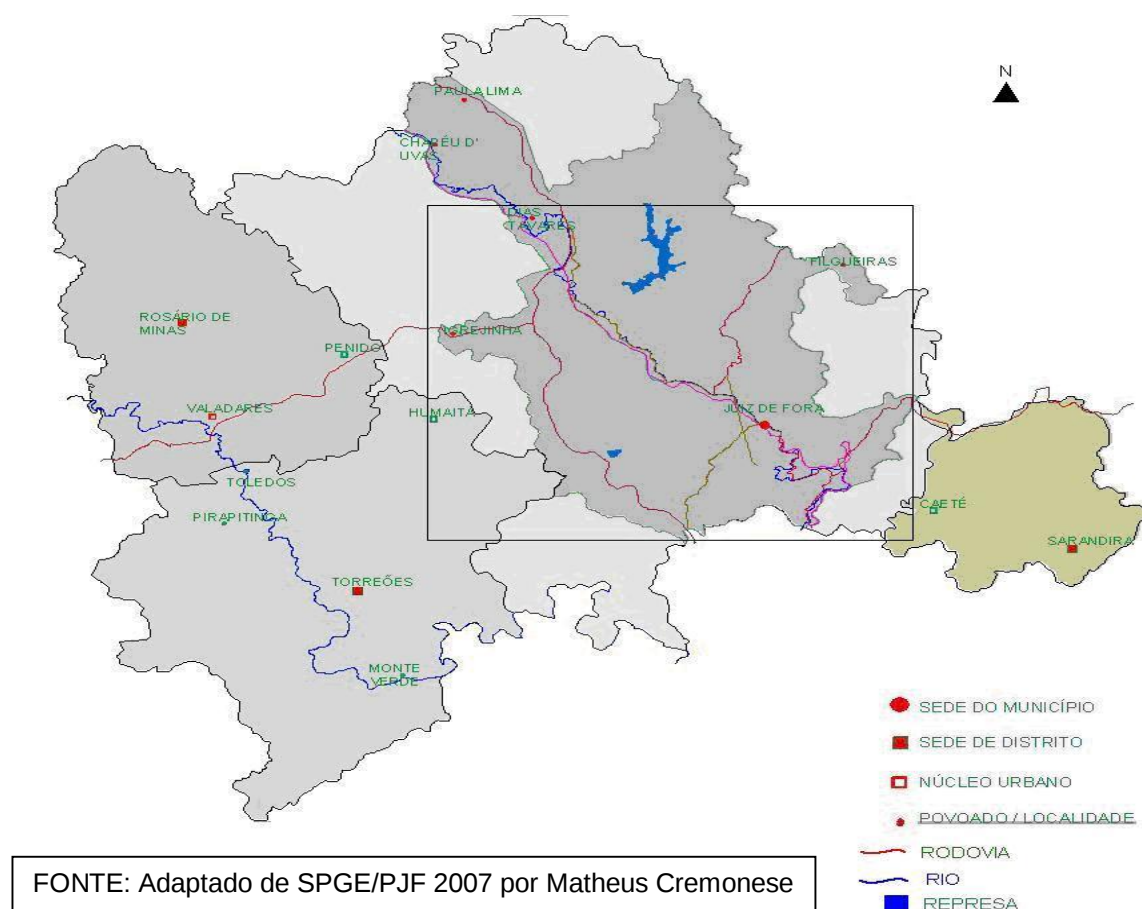
O acesso a terra é um dos temas cruciais da história da humanidade, e, sendo esta, a questão-chave tratada no Estatuto da Cidade, faz com que a lei se torne realmente importante na construção de cidades mais justas e equilibradas. Porém, além dos conflitos enfrentados para sua aplicação, Maricato (2010) adverte que uma lei (ou um plano) não constitui, em si, soluções para problemas que são históricos e estruturais, principalmente, porque a referida lei reforça a orientação autônoma e descentralizadora, da autonomia do poder local. O que quer dizer que é na esfera municipal, através do plano diretor, que a lei poderá ter aplicação efetiva ou não, dependendo da correlação de forças políticas no município.

⁸ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA – MG

Juiz de Fora está localizada no Estado de Minas Gerais na região sudeste do Brasil, próxima aos principais centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Ela se caracteriza como uma cidade de porte médio, centro regional da Zona da Mata Mineira, com população estimada em 516.247 habitantes conforme o IBGE (2011), concentrando cerca de 70% da população total de sua microrregião e 23% da população de toda a Zona da Mata⁹ segundo o mesmo órgão. Por atrair investimentos de todas as ordens desde a sua consolidação e pela ênfase no setor de serviços - principalmente comércio, saúde e educação - Juiz de Fora polariza diversas cidades de sua microrregião, destacando-se assim, como uma das principais cidades do estado de Minas Gerais.

Figura 2 – Município de Juiz de Fora – MG



⁹ De acordo com o IBGE a Mesorregião da Zona da Mata engloba 143 municípios agrupados em sete microrregiões, a saber: microrregião de Juiz de Fora, Viçosa, Ubá, Cataguases, Muriaé, Manhuaçu e Ponte Nova, sendo que a microrregião de Juiz de Fora é composta por um total de 33 municípios.

Sua ocupação inicial está relacionada com a construção do Caminho Novo, aberto no início do século XVIII para ligar a região das Minas, sobretudo Diamantina e Ouro Preto (antiga Vila Rica) à cidade do Rio de Janeiro, surgindo como entreposto colonial (Ver mapa no Anexo 2). Isto porque o caminho anterior, o qual ficou denominado Caminho Velho, que ligava a cidade de Paraty a Ouro Preto além de possuir um trajeto mais longo e demorado, era mais passível de contrabandos.

O objetivo da coroa portuguesa era encurtar o tempo dessa viagem e torná-la mais segura, evitando que o ouro retirado das Minas fosse contrabandeado e transportado por outros caminhos sem o pagamento dos altos tributos, que incidiam sobre toda extração. Com o Caminho Novo, a viagem de 45 dias entre a região das Minas e a Corte foi reduzida para 15 dias. (LOPES, 2008, p. 26).

Assim, às margens do Caminho Novo foram surgindo diversos postos oficiais para a fiscalização do minério por ali transportado. Em função dos postos, surgiram várias hospedarias e armazéns que atraíram diversos grupos para a região que acabavam ali se fixando e formando pequenos povoados, como o de Santo Antônio do Morro da Boiada do Paraibuna criado por volta de 1830, que mais tarde daria origem à cidade de Juiz de Fora. Sobre este processo, Rocha (2008, p. 24) afirma que:

A ligação entre as áreas mineradoras de Ouro Preto e o Porto do Rio de Janeiro era feito pelo chamado “Caminho Novo”. Em 1836, foram introduzidas modificações no traçado desta estrada, desviando-a para a região da Graminha e a atual Av. Barão do Rio Branco, executadas pelo Cel Custódio Ferreira Leite e pelo Engº Henrique Guilherme Fernando Halfeld, e que deram origem ao povoado de Santo Antônio de Paraibuna. Em 1850, este povoado foi elevado a categoria de município, culminando em 1856 com elevação desta sede à cidade de Juiz de Fora (ROCHA, 2008, p. 24).

Ainda no século XVIII a mineração entra em declínio, e a ocupação do interior mineiro prossegue com a agricultura, mais especificamente com a cultura do café, estimulada pela doação de terras da coroa portuguesa a algumas famílias. Durante o século XIX Juiz de Fora destaca-se como principal centro produtor e exportador de café de Minas Gerais, despontando desde já como principal núcleo urbano da região da Zona da Mata Mineira.

Desde então a cidade apresentou elementos de pioneirismo como por exemplo em 1861 a construção da primeira rodovia pavimentada do continente Sul-Americano, a Rodovia União e Indústria, por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Laje, que conseguiu concessão do governo imperial para construir, conservar e explorá-la durante 50 anos. Construída aos moldes europeus, esta estrada macadamizada permitiu a ligação de Juiz de Fora a Petrópolis através de 144 Km, ou seja, a ligação entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro que durava semanas de viagem foi reduzida a 12 horas. Para a realização desta empreitada Mariano consegue um incentivo para a importação de cerca de 200 colonos europeus, entre eles alemães, italianos e franceses. Em seguida ele cria a Companhia União e Indústria com a construção de galpões, ferrarias, mecânica, carpintaria, moinhos e olaria, onde eram construídas as carroças. Findada as obras de construção da estrada, a maioria dos imigrantes permaneceu na cidade, estimulando assim o desenvolvimento de fábricas, indústrias e do setor de serviços. (ROCHA, 2008).

Em 1869 é construída a ferrovia D. Pedro II, projetada para ligar o Rio de Janeiro a Diamantina, passando por Barra do Piraí, Juiz de Fora, Barbacena, Ouro Preto e Belo Horizonte. Esta ligação (RJ - Juiz de Fora) é concluída em 1875, transformando a cidade em polo regional de Minas Gerais e em um grande entreposto comercial de cargas devido às facilidades de transporte (GIROLETTI, 1988).

Outro destaque importante foi a integração entre indústria e iluminação, na construção da primeira Usina Hidrelétrica da América do Sul - a Usina de Marmelos - inaugurada em 1889 (vide figura 03). A energia elétrica provocou a expansão e o dinamismo na produção industrial. Merece destaque as indústrias têxteis *Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas*, *Tecelagem Industrial Mineira* (Fábrica dos Ingleses), *Fiação e Tecelagem Antonio Meurer* – que empregavam 59% dos trabalhadores da cidade, e também a Construtora Pantaleoni Arcuri & Spinelli, voltada para construção civil.

Figura 03 – Usina de Marmelos/Juiz de Fora - MG



Usina de Marmelos em 1903. O local hoje abriga um museu

Fonte: arquivo pessoal da autora

Juiz de Fora vive seu apogeu industrial entre a metade do século XIX e início do século XX, sendo que de acordo com Rocha (2008, p. 24) “até 1914, são fundadas 160 indústrias em Juiz de Fora”. Este quadro levou a cidade a receber o apelido de *Manchester Mineira*, em comparação com a próspera cidade inglesa. Ainda sobre a industrialização e urbanização da década de 1890, Geraldo (2011) afirma que:

Nesta década a cidade já possuía 190 estabelecimentos industriais e comerciais, havia a publicação de jornais periodicamente, além de melhorias em infraestrutura, com destaque para o telegrafo, a usina hidrelétrica, possibilitando iluminação pública e energia para as atividades industriais, o Banco Territorial Mercantil de Minas, o Banco de Credito Real e em 1880, o transporte de bondes chega à cidade com a criação da Companhia Ferro Carril de Bondes de Juiz de Fora (GERALDO, 2011, p. 55).

Segundo Menezes (2003) Juiz de Fora aparece na fronteira agrícola cafeeira durante cinquenta anos, mas ela ganha destaque e importância no cenário regional de fato como “a cidade dos caminhos e das rotas” consolidando-se como centro comercial, industrial e prestador de serviços.

Destaca-se como especificidade de Juiz de Fora e fator impulsionador de sua economia o fato de os imigrantes terem vindo prestar serviço diretamente na área urbana, diferentemente das outras cidades que, à época recebiam imigrantes para trabalhar nas lavouras. Isto se deve ao fato da cidade já ter nascido moderna, marcada por características e funções urbanas bem definidas.

Contudo, algumas mudanças trouxeram grandes impactos à economia da região da Zona da Mata, atingindo diretamente Juiz de Fora. A transferência da capital, passando de Ouro Preto para Belo Horizonte, tendo como consequência a mudança do eixo econômico para a região central; a crise e decadência da produção cafeeira regional provocada pelo esgotamento dos solos desde a abolição da escravidão sendo agravada pela crise de 1929; a mudança a partir de 1940 dos investimentos no setor da indústria, que passaram a substituir os investimentos na produção de bens não duráveis pela produção da indústria de base. O direcionamento de capitais e infraestrutura para este setor da economia acabou aprofundando a crise do então já decadente setor têxtil de Juiz de Fora (carro chefe de sua economia).

Na segunda metade do século XX, mesmo a cidade se ressentindo com o menor dinamismo econômico, ela permanece reafirmando sua posição como prestadora de serviço para a região. Posição esta que é reforçada em 1960, quando Juscelino Kubitschek cria a Universidade Federal de Juiz de Fora, aglutinando faculdades isoladas que já existiam desde o século XIX (MENEZES, 2003).

Ao final dos anos de 1970, Juiz de Fora é incluída no projeto Centro de Porte Médio (CPM), financiado pelo BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento e vinculado ao Ministério do Interior (MINTER). Este projeto visava classificar os centros de porte médio, mediante alguns critérios como sua posição geográfica, população, sua importância na região e sua funcionalidade, de modo a incrementar seu desenvolvimento com vistas à estruturação de uma rede urbana “mais equilibrada” (MENEZES, 2003). As diretrizes destes projetos propunham especificamente gerar impacto sobre a *pobreza urbana*. Assim, Juiz de Fora recebe verbas e assessoria técnica para operar sobre três metas: investimento em infraestrutura e serviços urbanos, geração de emprego e renda e melhoria da administração pública. Ao final do projeto, o que de fato ocorre é uma reurbanização da área central da cidade, com o redirecionamento de novas vias de acesso e a

reestruturação do sistema de transportes. A este respeito Menezes (2003) destaca que:

Ao revés a pobreza, cerne principal do discurso do projeto aumenta exponencialmente por uma série de fatos conjunturais dentre eles destaca-se a crise econômica nacional, o modelo privativo de administração pública, a centralização fiscal da União e o rapto da organização popular por meio de políticos conservadores e paternalistas no tocante a questão da moradia popular em Juiz de Fora, onde se superpõem as funções de centro regional, cidade média e cidade-pólo postulante aos investimentos globais, nacionais e regionais (MENEZES, 2003).

Na verdade este projeto significou intervenções pontuais na cidade, privilegiando a área central, possibilitando a construção do Distrito Industrial, os acessos à cidade Alta beneficiando a comunicação com o campus universitário e a consequente valorização de bairros para moradias de classe média. E ainda, possibilitando o sucesso político dos prefeitos empreendedores das obras do referido projeto.

Na década de 90 incentivos fiscais propiciaram a instalação de empresas internacionais na cidade como a Mercedes Benz e o Carrefour, porém, os impactos econômicos esperados não foram correspondidos.

Já nos anos 2000, a cidade assume de fato o então chamado por Souza e Rodrigues *planejamento mercadófilo*. De acordo com Geraldo:

A elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2002) com assessoria do Programa Centro Ibero-americano de Desenvolvimento e Agência Espanhola de Cooperação Internacional, propiciou a criação de mecanismos de *city marketing*, representando a tentativa de inserção de Juiz de Fora na economia globalizada. Entre as ações previstas pelo plano destaca-se modernização da infra-estrutura e instalação de equipamentos urbanos por meio de parcerias públicas e privadas (GERALDO, 2011, p. 59).

Nota-se claramente através dos novos investimentos presentes na cidade a prevalência dos interesses privados sobre os públicos, fazendo com que a cidade venha sendo (re)configurada para as elites, e os pobres cada vez mais apartados e espoliados. Enfatizamos entre os novos empreendimentos a construção do Shopping Independência, considerado em área construída um dos maiores

shoppings do estado de Minas Gerais. Além do impacto socioeconômico trazido diretamente para a cidade, merece destaque as circunstâncias de sua edificação, visto o mesmo só ter sido inaugurado após anos de construção em decorrência do embargo da obra devido a polêmicas sobre sua localização. Isto porque para sua instalação a prefeitura municipal cedeu a Praça Municipal José Gattas Bara, onde foi instalado um gramado irregular, destruindo os já reduzidos espaços públicos presentes na cidade em benefício de interesses privados. Sendo que, anteriormente ali existia um programa social da prefeitura com instalações de esporte para a prática de futebol, onde funcionava o projeto denominado “Bom de Bola Bom de Escola”. Com a desativação deste espaço fica clara a política de “higienização do espaço” e segregação sócio-espacial nesta região, pois o mesmo representava importante (senão única) área de lazer e de vivência coletiva para os moradores do bairro Dom Bosco.

Outra obra que merece destaque é o Aeroporto Regional da Zona da Mata, que aumentará consideravelmente o fluxo de pessoas e bens/dia na cidade. E, aumentando-se os fluxos consequentemente aumentam-se os fixos.

Devido a estes, entre vários outros investimentos estratégicos, a cidade vem apresentando maior dinamismo urbano. Neste cenário, a região Oeste (Cidade Alta) destaca-se como principal foco de expansão urbana com a ampliação de equipamentos urbanos e o consequente maior investimento do setor imobiliário, com a intensa expansão de loteamentos destinados à população de maior poder aquisitivo, além de ser o lócus do objeto de estudo deste trabalho que é o conjunto habitacional Jardim Caiçaras.

3.1- JUIZ DE FORA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Em decorrência de seu crescimento econômico e populacional, Juiz de Fora já no início do século XX apresentava um quadro de grande fragilidade habitacional. A sucessão de ciclos econômicos decadentes colaborou para o agravamento da situação ao consolidar inúmeros processos de segregação sócio-espacial.

A expansão periférica da cidade se inicia, de acordo com Geraldo (2011) em função de duas leis de incentivo a construção de moradias, onde:

A primeira (Resolução Nº 743 de 1/1/1917) dispunha sobre isenção de impostos por cinco anos para construções de dois ou mais andares em quaisquer bairros da cidade; a segunda (Resolução Nº 814 de 28/07/1919) isentavam dos impostos por três anos as construções que se iniciassem e terminassem em um período máximo de um ano (GERALDO, 2011, p. 62).

A Resolução Nº 902 de 25/04/1923 foi outra medida tomada neste sentido, pois diminuía as dimensões mínimas até então vigentes para habitações segundo a Resolução Nº 374 de 20/05/1896. Desta forma, não fica difícil de concluir que somente os que tinham melhor poder aquisitivo se beneficiaram de tais medidas, pois puderam investir em moradias para aluguel. Enquanto isto o restante da população que não tinha renda suficiente para edificar seu próprio imóvel (a maioria) continuava excluída.

Neste sentido, Almeida (2006) ressalta que a prática segregacionista em Juiz de Fora é antiga e que a perversidade excludente é algo que vem de muito tempo. Fato que se confirma ao analisarmos a citação abaixo relatando a criação de uma lei pela Câmara Municipal em 1912 que regulamentava um teto para o preço dos aluguéis nos arredores do centro, e que não por acaso, coincide com o início das primeiras periferias da cidade.

Em 1912 com o agravamento da crise de moradia a Câmara traz de volta a lei que regulamenta o teto dos aluguéis em 30\$000 e também estabelecendo normas de higiene com relação às casas. (...) o preço estipulado para teto dos aluguéis é registrado pelos próprios jornais como sendo alto. Os jornais de poucos anos depois apontam a existência de famílias que “são forçadas a morarem em escuros e apertados cubículos, pagando 15\$ ou mais por mês de aluguel quando 5\$ já é caro” (ALMEIDA, 2006, p.5).

Ainda segundo o mesmo autor a situação da moradia e da segregação se agrava durante toda a década de 1920.

Junto com os problemas já mencionados os jornais noticiavam durante toda a década de 20 as precárias condições das moradias: Barracões, águas furtadas, casebres que mal cabem uma família de cinco pessoas mal alojadas, têm-no residindo, dez ou mais. E o aluguel? É um horror. Residências que por 8\$ são caras, estão alugadas a 20, 25 e 30 mil réis, sem luz e com péssimas instalações sanitárias. (ALMEIDA, 2006, p. 5).

Assim, mesmo cumprindo com a regularidade da lei municipal no que diz respeito ao teto dos aluguéis, os preços eram abusivos (se comparados ao salário recebido pelos operários e demais trabalhadores) e os imóveis oferecidos não dispunham de nenhum conforto, recebendo a denominação de cortiços ou mais popularmente “cebeças-de-porco”.

Ao observarmos tais medidas e leis criadas pelo poder público municipal, nossa ideia de que planejamento urbano e segregação sócio-espacial estão intimamente ligados ganham maior respaldo e concretude no que tange à análise local. A ação clara do poder público que, devido à situação de crise habitacional a qual se encontrava a cidade, ao invés de tomar uma medida efetiva para que o preço dos aluguéis baixasse de fato ou a oferta de moradia aumentasse, fez justamente o contrário. Mais uma vez ele beneficiou a classe de maior poder aquisitivo que continuou cobrando altos valores nas casas localizadas no centro da cidade e arredores e, conseqüentemente, os pobres foram expurgados para as periferias.

Através da Resolução nº 706 de 01 de fevereiro de 1916, a Câmara Municipal de Juiz de Fora proíbe as construções operárias na área central:

Art. 1º - Dentro do perímetro urbano não será permitida a abertura de avenidas para operários ou ruas de largura inferior a treze metros e cujo plano não for aprovado pelo agente executivo municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 1916).

A respeito desta resolução, Almeida (2006) salienta que:

Esta resolução, aliada a que definia as casas com dois andares ou mais no centro da cidade, foram um golpe forte contra os poucos assalariados com condições de morar próximo ao local de trabalho (uma vez que quase todas as fábricas ficavam próximas ao centro). Com isso se inicia o processo de *limpeza* do centro da cidade, com os bairros próximos sendo ocupados ainda mais. Os bairros Manoel Honório, Ladeira, Botanágua (Costa Carvalho), Poço Rico, começam a receber estes moradores (ALMEIDA, 2006, p. 6).

Desta forma fica claro o fato de que os pobres tinham um lugar reservado a eles na cidade, e que este definitivamente não era o centro. Em 1921 é criada uma lei voltada para estes indivíduos malquistos que ainda ousavam habitar o centro:

Os indivíduos de ambos os sexos sem profissão conhecida e que se estraguem a vida ou que atentem contra a moral, a lei e bons costumes não poderão residir na zona central da cidade. (Resolução nº 869 de 02 de maio de 1921).

Em 1938, através do Decreto Municipal 0023 de setembro de 1938, o Código de Obras é estabelecido, perdurando por 50 anos como única regulamentação de desenvolvimento urbano da cidade e tendo como principal destaque dentre suas regulamentações a proibição de favelas.

Durante as décadas de 1940 e 1950 acontece uma marcante mudança na política urbana da cidade, tendo como principal característica a intensificação de loteamentos. Neste período houve a aprovação de 181 loteamentos totalizando 36.000 lotes, sendo que os lotes anteriores a este período eram contabilizados em cerca de 25.000. A expansão dos loteamentos foi impulsionada e beneficiada através da Lei Municipal nº 101 de 1947 que deixava isento de impostos por 10 anos os loteamentos aprovados pela prefeitura, além da mesma ter se comprometido a arcar com 50% dos serviços de infraestrutura. A este respeito, a Lei Federal Nº 1097 de 1958 determina que o responsável pela instalação da infraestrutura básica, como redes de água e esgoto deve ser o próprio loteador. (GERALDO, 2011).

Tal fato fez com que surgisse uma nova categoria de construção denominada granjeamento, a qual não obriga o loteador a arcar com a instalação de infraestrutura. E ainda, loteamentos que se localizassem em regiões distantes, também não ficavam obrigados a instalar infraestrutura ligada às redes gerais da cidade. Assim, mais uma vez constatamos as ações do poder público indo de encontro aos interesses de uma pequena parcela da população, favorecendo a uns poucos em detrimento de muitos outros.

Estas décadas compuseram um período onde houve significativo crescimento horizontal da cidade, marcadas pela construção de novos bairros periféricos populares com infraestrutura precária e, na maioria dos casos distantes do centro,

corroborando assim para a geração/manutenção de grandes vazios dentro do perímetro urbano.

A questão habitacional não é solucionada na cidade, arrastando-se assim ao longo das décadas seguintes. Contudo, durante a década de 1980, as discussões sobre esta questão tomam maiores proporções e voltam à tona com toda força pois, neste período o déficit habitacional na cidade era de 15.000 unidades somente para população considerada como baixa renda. Destaca-se também neste mesmo período o início do processo de favelização da cidade com a ocupação de áreas de risco à moradia.

Pode-se dizer que as ações do poder público municipal relacionadas à questão habitacional em Juiz de Fora ao longo dos anos foram além de incipientes, inadequadas e deficitárias.

Após a extinção do BNH e a descentralização proposta pela Constituição de 1988 que deixa cada município responsável por sua política social de habitação, as práticas voltadas para a questão habitacional foram as seguintes:

Em 1987 foi criada a Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora – EMCASA S/A responsável pelo “(...) planejamento, produção, financiamento, comercialização das casas populares e lotes urbanizados, atendendo prioritariamente, famílias com renda entre 1 e 6 salários mínimos”. A empresa constitui uma parceria público-privada, na qual a maioria das ações pertence à Prefeitura Municipal e o restante é aberto ao mercado privado. Em 1999 foi criado o Conselho Municipal de Habitação. Foi elaborado o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais, em 2000, com o objetivo de obter financiamento de o Programa Habitar Brasil BID, com a finalidade de urbanizar áreas de ocupação.

Em 2006, foi elaborado com recursos do Ministério das Cidades, o Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR, que contabilizou a existência de 45 áreas de risco acentuado para ocupação, totalizando cerca de 4.000 unidades habitacionais, distribuídas em todas as regiões. (GERALDO, 2011, p. 64).

A segregação sócio-espacial, a exclusão e a pobreza são ainda problemas latentes na cidade. Com base em alguns indicadores sociais da cidade, como o Mapa da Exclusão Social lançado em fevereiro de 2009 pela SAS (Secretaria de Assistência Social), podemos verificar que em algumas áreas as pessoas estão vivendo abaixo da linha da pobreza, constando no mesmo o total de 8% da população, ou seja, 41.289 habitantes.

Os contrastes de renda e poder aquisitivo da população de Juiz de Fora espacializaram-se, ou seja, se materializaram no espaço urbano da cidade marcando significativamente a paisagem urbana através da discrepância dos padrões residências. Este formato de ocupação espacial começou a ser observado principalmente a partir da década de 1990, quando se intensificou o número de construções de condomínios residenciais fechados.

Como o mercado imobiliário privado é voltado para a população de maior poder aquisitivo, resta à outra parte – a maioria excluída que não tem acesso a este mercado – os investimentos do poder público, que são insuficientes e não conseguem suprir a demanda habitacional da população de baixa renda. Desta forma, o que resta aos mesmos como solução de tal problema é a informalidade, aumentando significativamente o número de ocupações na cidade.

Vale ressaltar um dado que chama a atenção sobre este aspecto, pois somente 23% da área considerada legalmente urbana é de fato ocupada, constituindo-se imensos vazios de ocupação dentro do perímetro urbano (GERALDO, 2011).

Mais uma vez chamo atenção para a negligência e descaso do Estado para com a classe menos abastada ao esquivar-se de seu papel de mediador entre os diferentes interesses advindos dos distintos agentes e classes sociais. O Estado tomou posição ao escolher determinado tipo de planejamento urbano para Juiz de Fora, beneficiando o mercado imobiliário privado, o especulador e promotor da exclusão e segregação sócio-espacial na cidade.

Em 2006 foram contabilizadas através do Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR – 45 áreas de risco acentuado para ocupação, com um total de aproximadamente 4.000 unidades familiares. Há ainda inúmeras Áreas de Especial Interesse Social – AEIS¹⁰ – na cidade, que totalizam em torno de 8.075 moradias, com o acréscimo de 587 moradias improvisadas. Dentro deste quadro, em dezembro de 2009 o então prefeito Custódio Mattos assinou com a Caixa Econômica Federal contratos do programa Minha Casa Minha Vida, onde foi liberado um total de R\$ 123 milhões para a construção de 3.427 unidades habitacionais. Deste total, 1.847 moradias foram destinadas a famílias com renda

¹⁰ São áreas caracterizadas por ocupações ilegais e grande precariedade ou inexistência de infraestrutura urbana e equipamentos coletivos.

até três salários mínimos, fato que se torna irrisório se analisarmos o déficit habitacional na cidade.

Em 2010 inicia-se a construção de conjuntos habitacionais nas regiões oeste e norte, porém, as casas serão entregues sem acabamento externo e interno, e, por serem voltadas à população mais pobre e carente, provavelmente continuarão em um estado impróprio para habitação. Observamos assim, a produção de um espaço que desde sua origem tem como característica a precarização e o descaso, e que muito possivelmente estará fadado a tornar-se mais uma área onde devido à ausência do Estado, outros “grupos” assumirão o controle. Isto porque, como já citamos anteriormente, a vida não se resume ao *habitat*, além da *casa*, as pessoas devem ter acesso aos outros atrativos e equipamentos que a cidade oferece, o que fatidicamente não ocorre nestes conjuntos habitacionais.

Maricato salienta que a construção de conjuntos habitacionais populares trata-se, sobretudo de promoção política, pois também não enfrentam a questão fundiária urbana. Para a autora:

Os governos municipais estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura (MARICATO, 2002, p. 21).

A mesma autora contribui ainda de maneira fundamental com a análise desta realidade ao tratar da regulação discriminatória, onde, segundo a mesma

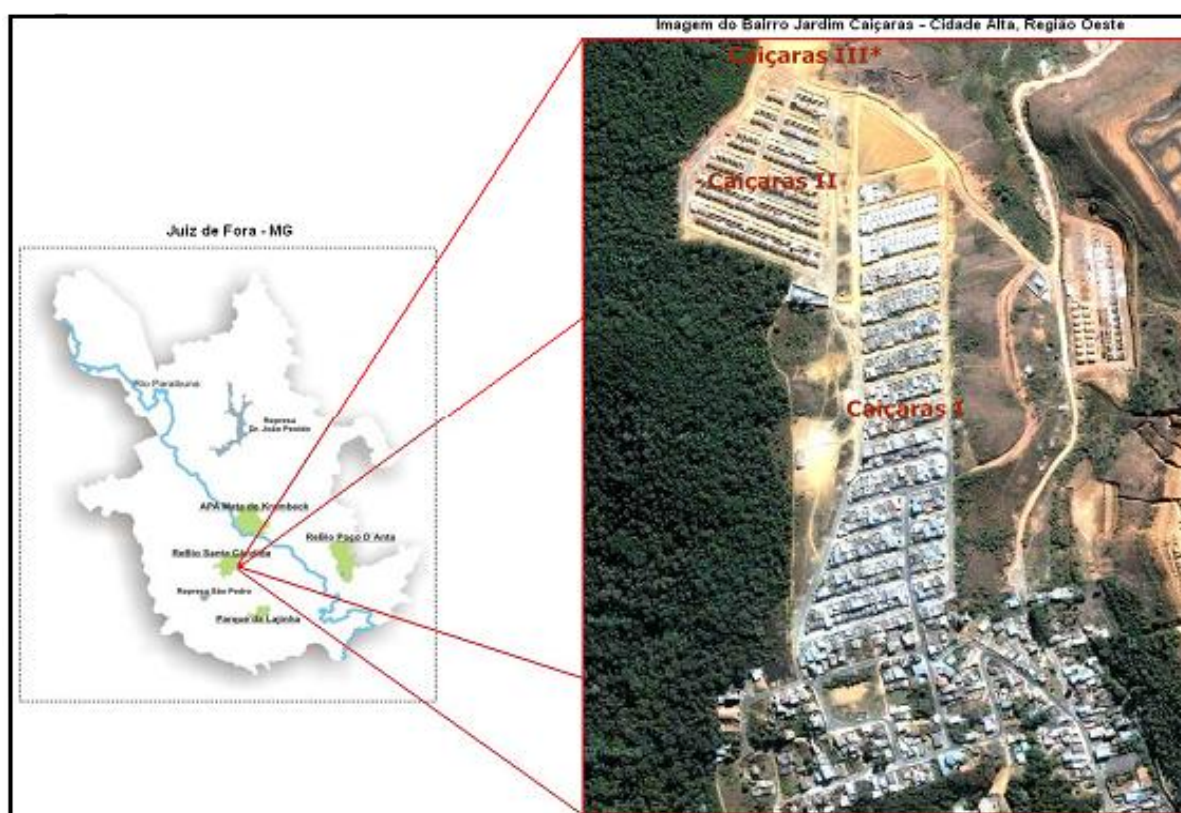
Como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido permitida. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. A realidade urbana é prova insofismável disso. Nota-se inclusive uma relação entre áreas de proteção ambiental e áreas inadequadas à ocupação (beira de córregos, encostas deslizantes, várzeas inundáveis, beira de autopistas) e o uso do solo pela moradia pobre. Parece que tudo pode desde que não afronte as áreas valorizadas pelo mercado. Aí a lei se aplica. O resultado, este sim, é uma grande baderna (MARICATO, 2002, p. 156).

Dentro desta realidade exposta pela autora, buscaremos abordar este entre outros aspectos característicos dos conjuntos habitacionais populares ao analisarmos o Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras, nosso objeto de estudo exposto no próximo capítulo.

4- O CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM CAIÇARAS: Contradições do sistema capitalista de produção do espaço urbano

O conjunto habitacional surge na paisagem urbana de Juiz de Fora em 1998, localizando-se num dos platôs mais elevados da cidade, entre a Reserva Biológica Santa Cândida e o Morro do Alemão, situando-se na região Oeste (ver figs. 4 e 6).

Figura 4 – Localização do conjunto habitacional Jardim Caiçaras na cidade de Juiz de Fora



Fonte: SILVA, 2011.

Esta região, a qual recebe a toponímia “Cidade Alta”, vem sofrendo fortes intervenções urbanas e instalações de equipamentos urbanos de grande porte nas últimas décadas, fazendo com que se intensifiquem processos de valorização do solo urbano e especulação imobiliária. Além disto, esta região se constitui como foco primordial do setor imobiliário, que vem investindo na criação e expansão de loteamentos/condomínios voltados para a população de maior poder aquisitivo, e, ao mesmo tempo recebe os primeiros conjuntos habitacionais populares, como é o caso do “Jardim Caiçaras”. Entre os principais equipamentos instalados na região responsáveis por sua conseqüente valorização e dinamização do mercado

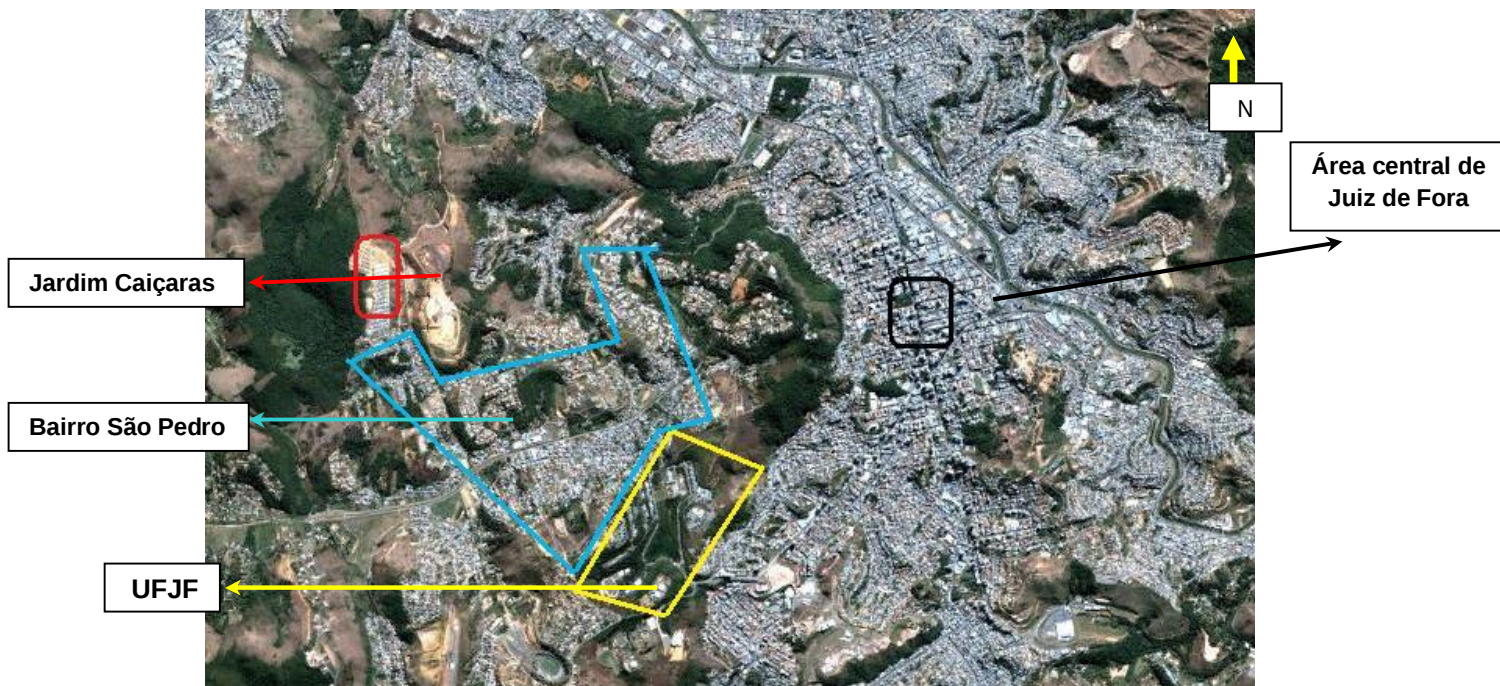
imobiliário destaca-se a EMBRAPA, o Estádio Municipal Radialista Mario Helênio, o SESIMINAS, o SESC Campestre, o Mirante do Cristo, a BR-040, o Centro de Convenções (CONEX), o Centro de Atenção a Saúde (CAS) pertencente a UFJF, a Unidade de Pronto Atendimento São Pedro (UPA São Pedro), a ACISPES (Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra), o Independência Shopping (maior shopping da região), o Complexo Hospitalar Monte Sinai, dentre outros.

Figura 5 – Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras e seus limites



Fonte: Adaptado de Google Earth por Matheus Cremonese

Figura 6 - Jardim Caiçaras e áreas próximas



Fonte: Adaptado de Google Earth por Matheus Cremonese

A construção do conjunto habitacional foi viabilizada na região devido a parcerias de projetos de moradia popular que visavam reduzir o déficit habitacional da cidade. Porém, é construído um espaço destinado à moradia popular em uma área de constante expansão do capital não garantindo a esta área condições de moradia num sentido amplo. Ficando assim os moradores do conjunto habitacional restritos ao *habitat*, que, define-se de acordo com Lefebvre, como o mínimo volume habitável, que se quantifica com os módulos e percursos – o equipamento igualmente mínimo e o ambiente programado. Este fato aliado à diversificação e complexidade no processo de povoamento fizeram com que aflorassem as conflitualidades intra-bairro e entre este e seu entorno. Foi devido a esta complexidade e diversidade em seu processo de povoamento que o conjunto habitacional se dividiu em Caiçaras I, II e III. Isto porque “a fragmentação do espaço engendra um conflito quando dois conteúdos disjuntos tendem em direção a uma forma (organização), cada um de seu lado” (LEFÈBVRE, 2007, p. 318).

Podemos dizer que o Jardim Caiçaras passa a existir como uma ilha cravada nesta região de expansão do capital na cidade, uma ilha de pobreza e precariedades programadas, sendo visto e denominado pelos moradores dos bairros vizinhos como uma “favela”. Isto se dá de certa forma porque o Jardim Caiçaras não foge à regra de constituição dos conjuntos habitacionais em todo o país onde, devido a

interesses políticos, tais conjuntos são edificados nas periferias da cidade para que os vazios urbanos localizados geralmente no centro ou em áreas privilegiadas, possam continuar resguardados para a ação da especulação imobiliária e dos investimentos privados, como dito no capítulo anterior. Porém as favelas “surgem” nas cidades como autoconstrução, como uma iniciativa necessária e desesperada dos moradores frente à deficiência habitacional intercalada com o alto valor dos imóveis e dos aluguéis e a baixa condição financeira. Ou seja, são áreas carentes construídas de forma autônoma e desordenadas sem interferência do Estado.

Em contrapartida, o Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras assim como os outros conjuntos habitacionais populares, foi planejado e construído pelo poder público. Ou seja, ele não é fruto da falta de planejamento urbano, mas ao contrário, ele é um exemplo das periferias e subúrbios que são planejados e construídos taticamente pelo Estado para a manutenção do sistema e da reprodução do capital através do que podemos denominar “currais eleitorais”.

Dispersão e subdivisão, muitas vezes levada ao ponto de segregação completa, são controlados e dominados por objetivos estratégicos, por vontades-potência da mais alta ordem, tanto em termos de quantidade dos meios utilizados e da qualidade dos objetivos prosseguidos. Tudo o que está disperso e fragmentado mantém a sua unidade, no entanto, dentro da homogeneidade do espaço do poder (LEFEBVRE, 2007, p. 365).¹¹

Assim, o poder político serve-se do planejamento urbano para a consecução destes espaços, instaurando a segregação nas cidades, ou seja, estes espaços segregados representam de maneira visível o poder sobre o espaço. A segregação socioespacial torna-se um elemento do atual processo socioeconômico, pois ela é fruto das relações de poder entre capital, trabalho e poder político instituídos no atual modo de produção.

Destarte, a construção deste espaço abstrato segue uma racionalidade estratégica realizada pelo Estado, mesmo que este tente dissolver e dissimular esta ordem sobre o terreno. Acerca deste assunto Lefèbvre salienta que:

¹¹ Dispersion and subdivision, often carried to the point of complete segregation, are controlled and dominated by strategic aims, by wills-to-power of the highest order in terms both of the quantity of means employed and of the quality of goals pursued. Everything that is dispersed and fragmented retains its unity, however, within the homogeneity of power's space.

O Espaço abstrato é, portanto, repressivo, em essência e por excelência -, mas graças à sua versatilidade é repressivo de uma forma artística peculiar: a sua repressão intrínseca pode ser manifestada alternadamente através da redução, através da localização (funcional), através da imposição de hierarquia e segregação - ou através da arte (LEFÈBVRE, 2007, p. 318, grifo nosso).¹²

Ou seja, podemos notar que as múltiplas formas de manifestação da repressão se espacializam de maneira convergente no caso dos conjuntos habitacionais populares. Deste modo, o planejamento de uma área de carência, ou “curral eleitoral”, torna-se uma condição *sine qua non* para a reprodução do sistema, pois conforma um espaço de garantia de votos de futuras eleições. Isto porque a partir da manipulação mascarada daquelas pessoas através de migalhas durante períodos eleitorais e favorecimento individual ao decorrer dos anos, os moradores destas áreas tornam-se reféns e dependentes da politicagem que é praticada de maneira infeliz em nosso país. A absurdidade deste fato é tamanha que deveres e obrigações viram motivos de exaltação e admiração ao serem realizados, tamanha a miséria e ignorância que prevalece nestes espaços.

Exemplo disto pode ser verificado no Jardim Caiçaras, onde as melhorias realizadas no bairro estão diretamente relacionadas à períodos de campanha eleitoral.

Porém, a produção e organização de tais espaços torna-se um perigo imanente para a própria esfera que o constitui, pois, em acordo com a linha de pensamento apresentada por Maricato, estes espaços são a fórmula das bombas socioecológicas.

Concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas

¹² Abstract space is thus repressive in essence and *par excellence* – but thanks to its versatility it is repressive in a peculiarly artful way: its intrinsic repressiveness may be manifested alternately through reduction, through (functional) localization, through the imposition of hierarchy and segregation - or through art.

socioecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência. (MARICATO, 2002, p. 36).

As características acima descritas serão mais bem abordadas no próximo capítulo o qual exporemos o Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras de maneira mais delineada, a fim de alinhar a teoria à prática.

4.1 – OS CAIÇARAS I, II E III: Um espaço homogêneo e desarticulado

Implantado em 1998, O **Caiçaras I** teve sua origem através da parceria entre a Fundação Solidariedade Pró-Habitação e a EMCASA – S/A (Empresa Municipal de Habitação de Juiz de Fora), onde 415 moradias de 48 m² foram financiadas por meio de recursos do FGTS. Tais moradias foram construídas voltadas para famílias com renda até três salários mínimos, estimando-se um valor final das casas em torno de R\$20.000,00. Estima-se que residam cerca de 1760 pessoas no Caiçaras I.

Figura 7 – Vista Parcial Caiçaras I

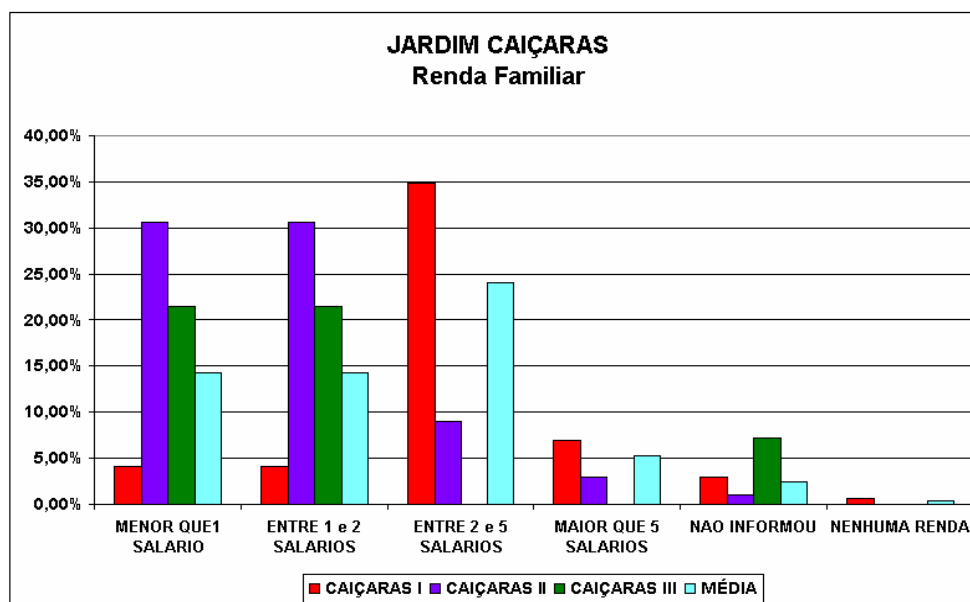


Fonte: Matheus Cremonese.

Com processo diferenciado de implantação devido a um contexto bastante diverso do anterior, em 2003 a EMCASA – S/A dá início à construção do loteamento **Caiçaras II**, constituído por 180 moradias de 28,5 m². Diferente do primeiro módulo (Caiçaras I) que é construído para atender uma demanda de renda mais elevada do que o restante do conjunto, o segundo módulo (Caiçaras II) é constituído em condições mais precárias, onde as casas são edificadas a partir da necessidade de assentar famílias de baixa renda removidas de ocupações e de diversas áreas de risco da cidade, denominadas AEIS (áreas de especial interesse social).

As casas com menos de 30m² e um (01) quarto foram entregues sem nenhum tipo de acabamento interno ou externo, devendo estes serem realizados pelos próprios moradores. O que na maior parte não ocorreu, pois o perfil sócio – econômico das famílias fica entre menos de 1 salário mínimo e entre 1 e 2 salários mínimos, como pode ser observado na figura abaixo (figura 07), fator que logicamente os impossibilita de investir em qualquer empreendimento.

Figura 08 – Relação da Renda entre os três Caiçaras



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

A desigual distribuição de infraestrutura urbana por parte do Estado, as diferenças marcantes no que tange a forma e a estrutura das moradias e a disparidade de renda entre os moradores convergiram para reforçar o conflito entre os moradores e promover processos de segregação interna.

Figura 9 – Vista Parcial Caiçaras II



Fonte: Matheus Cremonese.

Figura 10 – Casas do Caiçaras II (entregues no tijolo)



Fonte: LATUR, pesquisa de campo 2009/2010.

Colaborou para o agravamento do conflito o fato de famílias sem-teto advindas do entorno do bairro e arredores que não faziam parte do cadastro da

EMCASA terem ocupado alguns domicílios inacabados como forma de garantir o acesso à moradia.

Tal processo gerou uma nova ampliação do conjunto habitacional que ficou conhecido como **Caiçaras III**. Esta ampliação se deu devido às pressões junto ao poder público realizadas pelos moradores do Caiçaras II que tiveram suas casas ocupadas. Assim, foi concedida a construção de 15 habitações, as quais foram erigidas com verba do Ministério das Cidades. Porém, este terceiro módulo foi entregue em condições ainda mais precárias, sem infraestrutura urbana mínima adequada a condições de habitabilidade, tendo seus moradores que dividir água e luz em um padrão único e o esgoto em fossa coletiva devido à obra não ter sido concretizada.

Figura 11 – Padrão Único de Luz - Caiçaras III



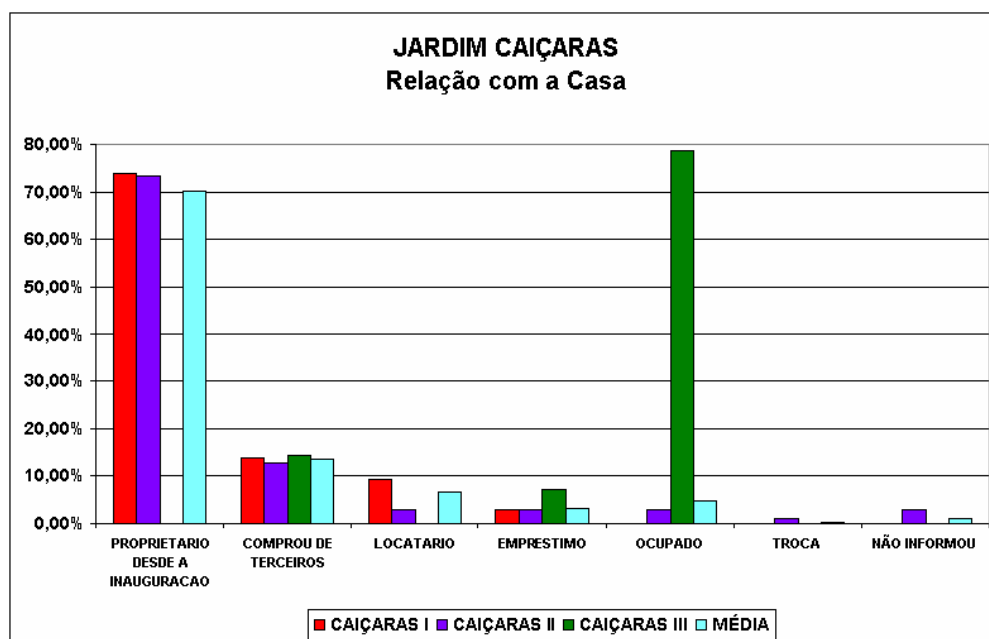
Fonte: LATUR, pesquisa de campo 2009/2010.

A não concretização da obra ocorreu porque durante a fase de construção aconteceu processo federal contra o executivo municipal e assim a obra foi imediatamente interrompida. O processo se deu devido à descoberta de desvio de verbas do Ministério das Cidades envolvendo o então prefeito Carlos Alberto Bejani e o dono da construtora responsável pela obra Vicente de Paula, que, na época era o então presidente da Câmara Municipal.

Neste momento as famílias já cadastradas mudaram-se para as casas, mesmo elas estando sem acabamento e desprovidas de infraestrutura básica.

Assim sendo, devido aos fatos acima relatados, os moradores desta parte do Conjunto Habitacional ocuparam as casas de maneira irregular, o que acabou não lhes garantindo a titularidade do imóvel até hoje. Esta relação dos moradores referente ao acesso ao imóvel pode ser observada no quadro abaixo (figura 11):

Figura 12 – Quadro do tipo de acesso ao imóvel



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

Figura 13 – Vista Parcial Caiçaras III



Fonte: LATUR, pesquisa de campo 2009/2010.

A parte do Conjunto Habitacional denominada Caiçaras I vem sofrendo mudanças significativas em relação à estrutura física da área. Desde sua implantação até hoje, nota-se que os moradores têm feito investimentos tanto no que diz respeito às suas moradias quanto na implementação de serviços, podendo-se observar a presença de mercadinhos, *lan houses*, lojas, lanchonetes, padarias e etc. Isto se deve à diferença entre os padrões econômicos presentes no Caiçaras I e os do II e principalmente do III onde a população é ainda mais carente, e também à

diversidade no processo de povoamento, com distintas circunstâncias, objetivos e interesses na mudança para este espaço. Haja vista que no primeiro caso os moradores escolheram este lugar para viver, diferente do II e III onde, tal espaço foi-lhes apresentado como única opção após a remoção dos mesmos de seus antigos lares já condenados.

Outro fato importante é que além das diferenças no tamanho dos lotes e das casas entre os Caiçaras I e II, no primeiro caso as casas foram construídas com laje, o que lhes permitiu a construção de outros pavimentos. E ainda, de acordo com Geraldo (2011), “fator importante para as modificações realizadas no Caiçaras I é que grande parte dos moradores já quitaram o financiamento, cerca de 71% contra apenas 6% do Caiçaras II”.

As modificações feitas no Caiçaras I geram um processo de valorização do espaço, fato este que acaba reforçando os conflitos existentes entre o Caiçaras I e os outros dois, pois estes permanecem ainda carentes de infraestrutura e vários equipamentos urbanos mínimos, vistos sob um olhar de inferioridade.

Analisando a figura 06 (Relação da Renda entre os três Caiçaras), podemos verificar que mesmo a diferença de renda não sendo tão exacerbada, foi de tal importância para os desdobramentos nos usos diferenciados do espaço.

Assim percebemos porque foi possível aos moradores do Caiçaras I (que figuram no intervalo entre 2 a 5 salários) as modificações realizadas em seu espaço de moradia. Ressaltando que este fator (renda) torna-se um agravante para os conflitos de vizinhança presentes na localidade e para fortalecer a segregação intra-bairro, os quais se devem ao conflito intra-classe, inerente ao modo de produção capitalista.

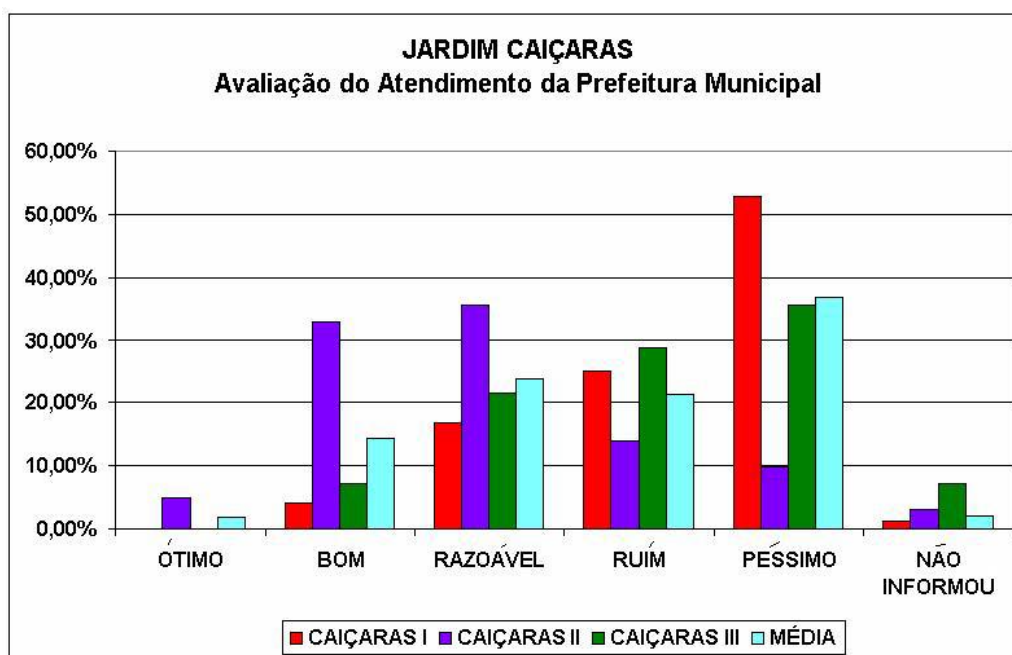
Desta forma, a diversificação no processo de produção deste espaço, as diferentes dinâmicas espaço-temporais ali materializadas, fizeram com que o Jardim Caiçaras, mesmo não possuindo fronteiras internas no sentido físico, se apresentasse como um espaço hierarquizado e segregado, tanto no sentido intra-bairro como em relação aos bairros circunvizinhos, que são bairros de classe média a alta. Tais fatos se devem à morosidade e o desrespeito do Estado frente a estes espaços precarizados que, aliás, são os que mais precisam e os que menos recebem investimentos em infraestrutura urbana.

Assim, cada módulo do conjunto habitacional apresenta-se como um microcosmo bastante peculiar, devido às diferentes espacialidades e temporalidades

dado sua formação. Este fator interfere diretamente nas dinâmicas estabelecidas no espaço, no cotidiano dos moradores assim como na relação destes tanto com a cidade quanto com o Estado.

Em conversas e entrevistas realizadas no bairro, dentre os diversos fatores e questionamentos por nós levantados, ficou clara e notória a diferença de opinião e os distintos modos de perceber a realidade entre os três módulos do Conjunto Habitacional. Contudo, um fator que nos chamou a atenção foi a avaliação dos moradores frente ao atendimento dado pela Prefeitura Municipal ao bairro, vide Figura 13 (abaixo).

Figura 14 – Avaliação do Atendimento da Prefeitura Municipal



fonte: LATUR, Pesquisa de Campo, 2009/2010.

De acordo com a figura acima, notamos que a pior avaliação acerca dos serviços e atendimento dado pela Prefeitura figurando entre o ruim e o péssimo correspondeu ao Caiçaras I, ou seja, a parte com melhor estruturação urbana e perfil de renda mais elevado. Fator um tanto quanto curioso, pois o Caiçaras II, que se encontra em situação mais precária em todos os sentidos, avaliou o tratamento como bom e razoável. Porém temos algumas considerações a ser feitas diante do exposto acima.

Entendemos que esta diferença na avaliação frente às ações da Prefeitura se deve em primeiro lugar pela diferença no nível de escolaridade dos moradores,

onde, tendo o Caiçaras I um nível de escolaridade bem acima do outros dois, entendemos que perante ao assunto seu nível de criticidade também é mais elevado. Contribui para tanto o aspecto renda, pois sendo os Caiçaras II e III mais miseráveis, ficam mais suscetíveis ao joguete político de distribuição de pequenos artefatos e míseros favorecimentos pessoais ao decorrer do ano para que os mesmos fiquem conformados e sejam gratos aos candidatos que lhes conseguirem tais benesses. Isto porque aos olhos de quem nada tem, o pouco lhe parece muito, e assim, o pouco sendo distribuído ainda em doses homeopáticas, causa a falsa impressão de conquista e cria a nebulosa expectativa de que as coisas estão de fato melhorando.

Outro fator é que quando as casas do Caiçaras I foram entregues, algumas ruas já haviam sido asfaltadas e os padrões de luz devidamente colocados, o que não passa de obrigação por parte da Prefeitura pois, entende-se que antes de entregar um lugar que irá destinar-se à moradia, o mesmo deve estar adequado para isto, ou seja, ter no mínimo rede de água, esgoto, luz e calçamento. Contudo, ao passar dos anos, a Prefeitura não realizou nenhuma outra melhoria no local, deixando-os *a Deus dará*, dito popularmente. Vide o restante do Caiçaras I (cerca da metade) só ter recebido asfalto há aproximadamente quatro anos atrás, lembrando que esta parte do bairro foi inaugurada em 1998. Ou seja, eles ficaram “abandonados”, segregados do restante da cidade aos olhos da Prefeitura por aproximadamente 10 anos, sendo as melhorias ali realizadas pelos próprios moradores.

A pavimentação das ruas foi realizada em etapas. De acordo com os depoimentos dos moradores, na instalação do conjunto foram asfaltadas sete ruas (1998), e o restante do Caiçaras I recebeu asfaltamento juntamente quando asfaltaram o Caiçaras II, o qual recebeu calçamento após seis anos a data de sua implementação, ou seja entre 2009/2010. Durante estes seis anos a população teve de ficar exposta a intensa poeira em tempos de seca e ao lamaçal formado no período chuvoso, que por inúmeras vezes chegou a impossibilitar a saída dos moradores de suas casas. Vale ressaltar ainda que este fato deixa evidente e explica o considerável número de doenças respiratórias relatados pelos moradores durante nossas entrevistas.

Ainda em relação ao asfaltamento, algumas ponderações devem ser expostas. Como afirmamos no capítulo anterior que o Estado planeja áreas de

carência, ou como preferimos denominar, “currais eleitorais”, para garantia de votos futuros e principalmente para a manutenção do sistema, ratificamos tal afirmação com o exemplo concreto do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras. O Caiçaras II e a parte restante do Caiçaras I foram asfaltados em 2009/2010 porque o então prefeito na época tinha interesses eleitorais. Para a inauguração do tão propalado asfalto, o qual deveria ter sido feito antes da inauguração do bairro como constava em seu planejamento, o então prefeito além de aproveitar a oportunidade para se vangloriar visto que ele seria prefeitável nas eleições de 2012, trouxe na bagagem um familiar, que nada tinha a ver com a implantação do asfalto, mas que era candidato nas eleições de 2010. Não obstante, o Caiçaras III construído em meados de 2005, teve seu asfaltamento somente em 2012, ano de campanha para as eleições municipais.

Poderia pensar-se ainda que as ligações entre as datas de calçamento e períodos de campanhas eleitorais foram coincidência, mas citaremos abaixo algumas outras “melhorias” feitas no bairro para que nossa questão se mostre mais contundente.

O mesmo ocorreu com a escola e a praça do bairro, que foram construídas durante o ano de 2008, ano de campanha eleitoral. Contudo, as mesmas foram inauguradas em 2009 por outro candidato, pois o prefeito anterior não conseguiu a reeleição.

Ressalto ainda o fato da iluminação pública do bairro, a qual deveria ter sido implantada antes mesmo de sua inauguração, ter sido instalada somente 2007.

Figura 15 – Placa da Inauguração da Escola

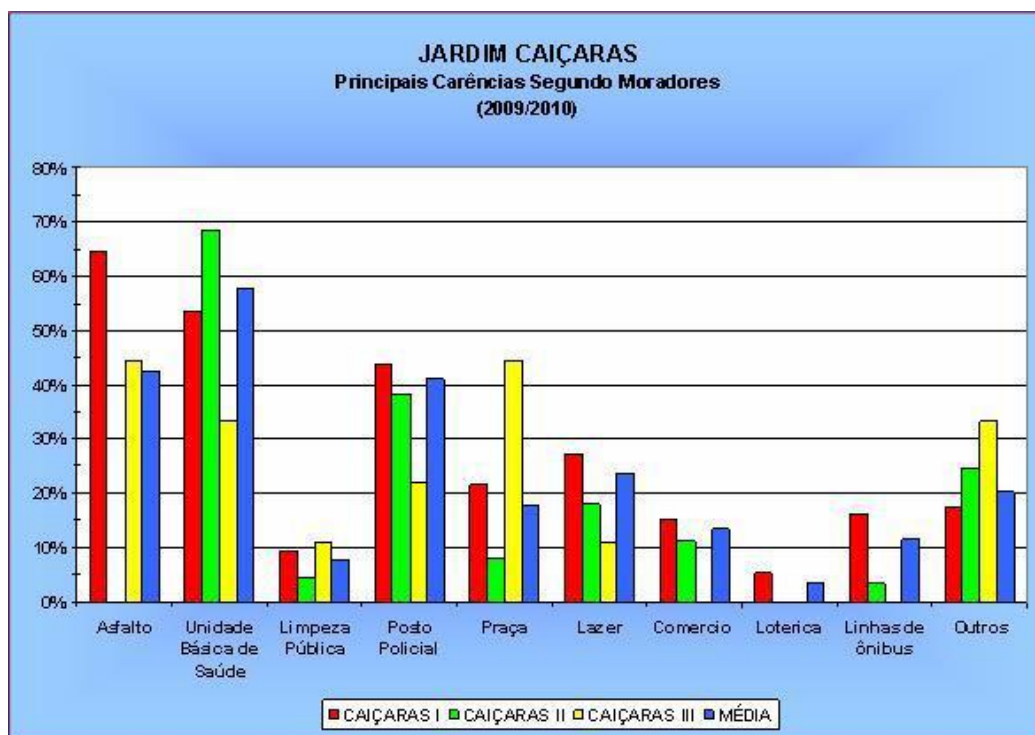


Fonte: Arquivo pessoal da autora 2013.

A Escola Municipal Augusto Gotardelo que contempla do 1º ao 5º anos foi inaugurada somente após 10 anos de loteamento.

O fato mais recente e marcante desta falta de respeito foi o que ocorreu no último ano. Desde a inauguração do primeiro módulo do conjunto habitacional, a saúde tem se mostrado o fator de maior relevância, diagnosticado em um questionário ali aplicado durante os anos de 2009 e 2010 como a maior demanda do bairro, apontado por 58% dos moradores (LATUR, 2009/2010), como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 16 – Principais Carências Segundo os Moradores



FONTE: LATUR / UFJF 2009-2010

Isto se dá devido ao fato de que desde a inauguração do bairro não foi ali instalado um posto de saúde, tendo desta maneira os moradores que recorrerem à Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) do bairro São Pedro, que fica a cerca de 5 km do loteamento e que, na maior parte das vezes está com seu quadro de vagas já preenchido, pois o referido posto não está conseguindo atender satisfatoriamente nem os moradores do próprio bairro. Deste modo os moradores do Jardim Caiçaras não são contemplados pelo Programa de Saúde da Família, um importante programa do Governo principalmente para as famílias de baixa renda que não têm a menor condição de pagar planos de saúde.

Outra forma encontrada pelos moradores foi recorrer às unidades de saúde dos bairros que moravam anteriormente, que devido à distância, muitas vezes ao chegar lá as vagas também já esgotaram. Assim, os moradores do Jardim Caiçaras contam de fato é com o atendimento de urgência e emergência da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro São Pedro.

Assim, diante de tamanha deficiência, em 2012, o então prefeito Custódio Matos apresentou um projeto de implantação de uma UAPS no bairro, o desejo da maioria dos moradores. Haja vista 2012 ter sido ano eleitoral e como citamos acima

o então prefeito (que tentava uma reeleição) deu início à obra deixando claro que a mesma seria terminada em 2013. Como o candidato não se reelegeu, a obra não teve continuidade, estando parada até hoje.

Porém, o agora prefeito Bruno Siqueira, prometeu aos moradores que a obra terá continuação a partir de 2014, o que muito provavelmente ocorrerá em 2015 com inauguração em 2016, com toda pompa e circunstância que merece uma inauguração deste porte em ano de eleições municipais.

Segundo dados das entrevistas realizadas pelo LATUR, outra grande demanda do bairro citada por 41% dos moradores é a instalação de um posto policial ou um policiamento mais frequente, pois o posto mais próximo encontra-se no bairro São Pedro, ao lado da Unidade Básica de Saúde. Esta demanda exposta por considerável número de moradores se explica devido ao fato do vultoso aumento da violência no bairro.

Novamente chamamos a atenção para a negligência do Estado que se faz ausente em um espaço por ele planejado, onde, a consequência de sua ausência é justamente a formação/consolidação de outras formas de organização que se fazem presentes. Um espaço projetado para modestas moradias que abrigarão pessoas vindas das mais diversas áreas de risco da cidade que não conta com a instalação de uma mínima infraestrutura, tampouco espaços de lazer e com o agravante do alto índice de desemprego entre os moradores do loteamento assim como um aumento da violência resultante do tráfico de entorpecentes. Todos os fatores ali somatizados convergem para uma vulnerabilidade social.

Exemplo disto foi a construção da praça que, após sua instituição, não havendo nenhum tipo de projeto ou programa de integração social, a mesma acabou tornando-se um ponto para a venda de droga e de marginalidade, não podendo assim os moradores desfrutar deste espaço proposto como área de lazer, onde diga-se, o único do bairro.

Mais uma vez recorro ao pensamento de Maricato acerca da produção das “bombas socioecológicas”, onde a autora expõe os elementos propícios para a composição de tal fórmula. A mesma destaca que a ociosidade e a ausência de atividades culturais e esportivas, a precariedade urbanística e a mobilidade restrita ao bairro aliadas ao desemprego crescente concentrados em um espaço segregado não podem ter outro resultado senão o acima citado. Salientando mais uma vez que estes espaços tornam-se um perigo para seu próprio instituidor, ou seja, o Estado.

Dentre os vários fatores supracitados, há ainda outra peculiaridade que vem confirmar nossa ideia de que estes espaços são de fato fruto de um planejamento estratégico realizado pelo Estado com escusos interesses políticos por trás do mesmo. O primeiro é o fato do Conjunto Habitacional ter sido construído numa área limítrofe à segunda maior Área de Preservação Ambiental de Juiz de Fora, a Reserva Biológica Santa Cândida. Sem nenhuma área de amortecimento, demonstrando total desrespeito às leis ambientais, e devido à falta de um plano voltado para a educação ambiental e a inexistência de um projeto de integração comunitária, a interferência dos moradores na mata se dá de maneira intensa e muitas vezes prejudicial, pelo fato de não compreenderem a importância da preservação/conservação da REBIO.

Figura 17 – Limite entre o Conjunto Habitacional e a Reserva Biológica Santa Cândida



Fonte: LATUR, pesquisa de campo 2009/2010.

Assim, de acordo com entrevistas, a mata é utilizada para diversas finalidades como local para caçar, coleta de lenha, esconderijo para objetos furtados e para fugitivos da lei, área para uso de drogas e sexo, realização de abortos, e o principal, um mini lixão, o qual tem como consequência a poluição tanto do ambiente externo quanto do solo e da água.

Figura 18 – Mini lixão na Reserva Biológica Santa Cândida



Fonte: LATUR, pesquisa de campo 2009/2010.

A este respeito, Cremonese; Geraldo destacam que,

[...] há uma série de elementos propostos na lei 9985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que sequer foram implantados na ReBio Santa Cândida, principalmente o que temos exposto nos artigos, 25 que trata da delimitação de uma zona de amortecimento e possíveis corredores ecológicos, no artigo 27 sobre elaboração do plano de manejo e não se tem trabalhado de forma a cumprir o estabelecido no artigo 28, pois não havendo plano de manejo, todas as atividades que venham a ocorrer na unidade de conservação, devem ser limitadas àquelas que garantam a integridade dos recursos que se pretende proteger (CREMONESE; GERALDO, 2010, p. 9).

E ainda, de acordo com o artigo 49 do SNUC,

[...] a área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana (SNUC, 2000).

Ou seja, para atender determinadas demandas, o poder público, que deveria zelar pelo cumprimento das leis vigentes em nosso Estado, ignora e infringe as mesmas.

Outro fator que merece destaque é a presença das torres de transmissão da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) que cortam o conjunto habitacional expondo a vida dos moradores a um risco iminente, pois não há nenhum tipo de proteção em volta ou sequer um aviso sobre o perigo da aproximação com a rede de distribuição elétrica. Vide figura abaixo:

Figura 19 – Torres de Transmissão de Energia que dividem o Jardim Caiçaras



Fonte: Arquivo pessoal da autora 2013.

Como podemos observar claramente na figura acima, o planejamento urbano utiliza as leis de uso e ocupação do solo assim como as leis orgânica e ambiental de diferentes modos a depender do tipo de moradia e padrão populacional, chegando algumas vezes a infringir as mesmas. As regras do jogo podem ser mudadas quando se trata de moradias pobres. A este respeito, trazemos mais uma vez a contribuição de Maricato (2002), onde a autora destaca que desde que as áreas valorizadas pelo mercado não sejam atingidas, desde que não as afronte tudo pode. Do contrário, a lei se aplica.

Esta, portanto, é a realidade que impera na grande maioria dos Conjuntos Habitacionais Populares, um misto de interesses políticos e de mercado aliados ao descaso e abandono.

No caso do nosso objeto de estudo constatamos que até mesmo as necessidades básicas que geralmente são oferecidas/garantidas aos trabalhadores como forma dos mesmos terem condições de garantir a reprodução das relações sociais de produção, a eles foi amputada. E aqui não digo a respeito das necessidades básicas hoje “produzidas” e disseminadas pela sociedade burocrática de consumo dirigido, digo as necessidades básicas relacionadas à vida urbana, necessárias à sobrevivência digna de qualquer pessoa, sejam estas moradia digna, infraestrutura mínima adequada, saúde, educação e lazer dentre outras.

5 – PARA NÃO CONCLUIR...

O espaço o qual vem sendo produzido pelo capitalismo tem mostrado com muita força ao decorrer dos tempos seu poder de autodestruição da vida urbana. Destruição esta que é efetivada através dos meios que supostamente estariam destinados a criá-la ou recriá-la. Este modo de produção tem feito um redimensionamento acerca do espaço e sua relação com a vida e com o homem, nos embutindo um pensamento voltado somente ao espaço de troca, de consumo, em detrimento do espaço de uso.

Assim, passamos a enxergar o espaço como um produto outro qualquer e não percebemos que ele comporta diferentes aspectos, perspectivas e usos, e que temos direito a ele, pois ele não é uma mercadoria pronta e acabada que a nós é vendida, somos também agentes construtores deste espaço. Temos portanto direito a todos os espaços que a cidade contempla.

Contudo, a missão de “produzir” este espaço vem sendo confiada a especialistas, onde estes, detentores de tal poder e certos de sua ciência, “montam” um espaço ideal: funcional, homogêneo e hierarquizado. Contudo, a transformação é algo que está arraigado implicitamente ao espaço, ele está sempre em movimento. Assim, por trás de uma aparente coerência espacial imaginada e planejada por quem promove a construção deste espaço, estão as mais diversas contradições e desigualdades (sócio) espaciais.

O processo econômico, o processo produtivo das coisas no espaço (bens diversos) vai em direção à diversificação. A homogeneização procede do político, ou seja, o espaço abstrato, homogeneizado, serve de instrumento ao poder político (LEFÈBVRE, 2007).

Como já explanamos anteriormente, este poder se serve do espaço para agir de acordo com suas vontades e interesses, moldando um espaço voltado ao consumo produtivo (de mais valia), deixando de lado e até mesmo degradando os espaços de uso e promovendo a segregação sócio espacial.

Voltando ao tema da segregação, a mesma vem sendo explicada/justificada pelo discurso da “crise de moradia” que se instaurou nas cidades ao longo das décadas e que nos últimos anos tem se agravado. Porém, tal discurso torna-se vazio e mentiroso ao depararmos com o grande número de imóveis vazios devido ao

alto custo dos aluguéis e com os vazios urbanos destinados à especulação imobiliária, isto claro, com o aval do poder político.

Há mais de um século Engels já alertava acerca deste assunto e apontava a possível solução para tal problema, pois de acordo com o autor:

[...] a crise de moradia não é de modo algum um fenômeno casual; é uma instituição necessária, onde não poderá desaparecer, com suas repercussões sobre a saúde, etc., senão quando toda a ordem social que a fez nascer seja transformada pela raiz (ENGELS, 2008, p. 137).

Ou seja, as poucas soluções que forem apontadas serão paliativas, pois não irão direto à fonte do problema, à causa mais profunda da questão da habitação que é o próprio modo de produção capitalista. Engels traz esta solução complexa e radical porque ele defende que somente com o fim do modo de produção que traz radicado consigo tais problemas é que os mesmos serão resolvidos, pois enquanto ele estiver vigente, tentar resolver isoladamente cada problema torna-se absurdo e improfícuo.

O autor Carlos Eduardo Maia traz uma contribuição para nossa discussão ao abordar que:

As diferenças nas condições de vida de cada classe são sintomas explícitos daquilo que Marx nos diz repetidamente em sua obra: a história do capitalismo é a história da exploração do homem pelo homem, da sociedade dividida em classes e da luta para transformá-la. O “velho” Marx, contudo, não previra os tamanhos artificiosos que seriam criados no capitalismo para que ele se perpetuasse (MAIA, 1994, p. 149).

O autor supracitado traz como exemplo de um destes artifícios o tema: o “bem-estar” nas cidades capitalistas. Ao trabalhar o aludido tema ele elucida que o bem-estar no capitalismo é consequentemente *parcelar*. Isto porque ele configura-se como um dispositivo para se manter a ordem nas cidades e evitar deste modo o “caos urbano”.

Em se tratando de “bem-estar” social não poderíamos deixar de suscitar novamente o tema da segregação, pois entendemos que “a maneira como é satisfeita a necessidade de abrigo é um critério que nos permite saber como são

satisfeitas todas as outras necessidades” (ENGELS, 2008, p.80). Assim, a “habitação” é a forma de representação mais direta e expressiva da organização discriminativa e do bem-estar aplicado de forma parcelar nas sociedades capitalistas.

No que refere à implantação de programas de bem-estar nas cidades, o grande paradoxo do capitalismo ainda nos tempos atuais encontra-se na aplicação da justiça apesar das leis. Haja vista que nem tudo que se apresenta como legal é justo, como por exemplo o Planejamento Urbano que é um instrumento que serve (ou pelo menos deveria) para produzir/ajustar/adequar os espaços. Tal realidade é sempre conjuntural, ou seja, depende de quem o aplica, para quem, para onde e com qual finalidade.

É, por conseguinte, que vigora hoje quase que como unanimidade a visão da cidade como um instrumento de exploração, devido à apropriação deste espaço pelo poder político e pelo modo como este exerce e desempenha suas ações. Como dito em poucas linhas acima, é fato que o capitalismo vem concebendo o espaço das cidades como um espaço abstrato, voltado à funcionalidade, à troca, ao consumo produtivo, imprimindo um conjunto de signos concernentes a este “espaço mercadoria”.

Porém, não podemos nos ater no ceticismo e na renitência quanto à incapacidade de mudança do que ora está posto como espaço único e real. Em um outro sistema socioeconômico a cidade pode apresentar-se como um lugar justo, onde impere a distribuição equitativa daquilo que é produzido e não a exploração e o confisco. Este “outro sistema” seria aquele no qual Lefèbvre cita no *Direito à Cidade* em que teríamos direito à cidade enquanto direito à urbanidade, à vida urbana transformada e renovada.

Por comodidade tendemos a aceitar o que está posto, afinal mudanças são sempre demoradas, cansativas e desgastantes, fora a incerteza e a angústia que imperam sobre o novo, sobre o desconhecido. Mas fato é que primeiramente há de se vislumbrar uma saída e aí criar forças para se chegar até ela. É preciso buscar e acreditar na possibilidade da formação de outro espaço, através de novas formas de organização social e de novas relações sociais de produção. Um espaço onde predominem as diferenças e não as desigualdades, onde o uso possa prevalecer sobre a troca, enfim, onde o urbano e a cidade retomem seu real sentido e o direito

a cidade seja (de fato) um direito de todos os cidadãos, prevalecendo assim o sentido autêntico de bem-estar nas cidades.

Maia nos traz o seguinte apontamento:

Orientados pela crítica marxista ao modo de produção capitalista, podemos dizer que o “bem-estar total” na cidade envolve *justiça social* na medida em que esta ampare um programa completo de reconstrução da sociedade, a partir da distribuição equitativa do produto social, despolarizando-se riqueza/pobreza tão visíveis nas grandes cidades (MAIA, 1994, p. 153).

Assim, de acordo com o acima citado, a busca por esta justiça social deve tornar-se uma intencionalidade fundamental para todos, pois, entendemos que a idealização da construção de um novo padrão de organização social onde tenha fim o abismo riqueza/pobreza e uma distribuição igualitária dos produtos trará atrelado consigo o fim dos privilégios e favorecimentos políticos e assim, certamente o fim da segregação socioespacial e outras incoerências atreladas ao sistema capitalista.

Este espaço que vem sendo conformado pelo capitalismo (planificado e abstrato) e que tem seu reflexo solidificado nas cidades não se manterá por muito tempo, pois os próprios meios que o capitalismo utiliza para criá-lo irá fomentar sua destruição. Portanto, vislumbramos duas possibilidades para a concepção de um espaço diferencial, sejam estas, a iniciativa digamos acadêmica ou a iniciativa popular. O que não quer dizer que uma exclua a outra, muito pelo contrário, ideal seria a conjunção das duas.

Quando falamos da iniciativa acadêmica, estamos dizendo que tal proposta poderia partir dos estudiosos do espaço, cientistas, planejadores com uma visão mais humanizada, voltada à prática espacial de fato e que prime pela prevalência das diferenças e não das desigualdades. Sim, não descartamos esta opção, pois nem todos os “especialistas” são formados e moldados na mesma “fôrma” que envolve jogo de interesses e de poder.

A outra forma seria a iniciativa partir da própria classe trabalhadora que, cansada de ser espoliada, apartada da vida urbana, explorada e/ou segregada, volte-se contra este sistema que beneficia com regalias uma ínfima parte da população. Enxergamos esta alternativa como a mais propícia, pois, ninguém melhor

do que os próprios interessados, os usuários concernentes, para tomar a palavra e a iniciativa frente a algo ligado diretamente a eles. Assim sendo:

Essa pressão das bases, para ser efetivo neste ponto, não pode limitar-se a atacar o status quo guardião do "interesse geral". Este Estado, nascido da hegemonia de uma classe, tem como uma de suas funções - e uma função cada vez mais importante - a organização do espaço, a regularização de seus fluxos, e o controle de suas redes. Ele dedica a esses fins uma parte considerável da mais-valia global, da produção excedente atribuída para o funcionamento da sociedade. Pressão de baixo, portanto, também deve se confrontar com o Estado em seu papel de organizador do espaço, bem como o poder que controla a urbanização, as construções e o planejamento espacial em geral. Este Estado defende interesses de classe, ao mesmo tempo em que se coloca acima da sociedade como um todo, e sua capacidade de intervir no espaço pode e deve ser voltada contra ele, por oposição das bases, na forma de contra- planos e contra- projetos destinados a frustrar estratégias, planos e programas impostos de cima (LEFÈBVRE, 2007, p. 383).¹³

Baseados nos pensamentos e proposições do autor acima citado, cremos que este novo espaço é possível de se concretizar. Mas deixemos claro que neste espaço diferencial não prevalecerão agora somente os espaços de representação em detrimento das representações do espaço, pois,

Isto não ocorre, portanto, como se um tivesse o espaço global (ou concebido) de um lado e o espaço fragmentado (ou diretamente experienciado) de outro - e não como se poderia ter um vidro intacto aqui e um vidro quebrado ou espelho lá. O espaço "é", ao mesmo tempo, todo e quebrado, global e fraturado. Assim como é de uma só vez concebido, percebido e vivido diretamente (LEFÈBVRE, 2007, p. 355).¹⁴

¹³ Such grassroots pressure, if it is to be effective in this regard, cannot be confined to attacking the state *qua* guardian of the 'general interest'. For this state, born of the hegemony of a class, has as one of its functions - and a more and more significant function - the organization of space, the regularization of its flows, and the control of its networks. It devotes to these purposes a considerable part of global surplus value, of the surplus production assigned to the running of society. Pressure from below must therefore also confront the state in its role as organizer of space, as the power that controls urbanization, the construction of buildings and spatial planning in general. This state defends class interests while simultaneously setting itself above society as a whole, and its ability to intervene in space can and must be turned back against it, by grass-roots opposition, in the form of counter-plans and counter-projects designed to thwart strategies, plans and programmes imposed from above.

¹⁴ It is not, therefore, as though one had global (or conceived) space to one side and fragmented (or directly experienced) space to the other - rather as one might have an intact glass here and a broken glass or mirror over there. For space 'is' whole and broken, global and fractured, at one and the same time. Just as it is at once conceived, perceived, and directly lived.

E ainda, seguindo a linha de pensamento acerca da possibilidade e importância de um novo espaço, o autor afirma que:

Um dos conflitos mais profundos imanentes ao espaço é que o espaço 'experenciado' inibe a expressão de conflitos. Para os conflitos serem manifestados, eles devem primeiro ser percebidos, e isso sem incorrerem nas representações do espaço geralmente concebidas. Uma teoria é, portanto, chamado para, uma que iria transcender o espaço representacional, de um lado e as representações do espaço do outro, e que seria capaz de articular corretamente as contradições (e em primeiro lugar a contradição entre esses dois aspectos da representação). Contradições sócio-políticas são realizadas espacialmente. As contradições do espaço, assim, efetivam as contradições das relações sociais. Em outras palavras, contradições espaciais expressam conflitos entre interesses e forças sócio-políticas, é apenas no espaço que tais conflitos surgem efetivamente em jogo, e com isso eles se tornam contradições do espaço (LEFÈBVRE, 2007, p. 365).¹⁵

Portanto não devemos tratar das mudanças na conformação do espaço localmente, pois, o espaço como vimos anteriormente é maior, fraturado e ao mesmo tempo global, dialético e em constante mutação. Assim sendo, devemos começar a esboçar uma linha de pensamento que aclare a teoria que, para tanto, tal mudança encontra-se no seio do próprio modo de produção e consequentemente das relações sociais de (re) produção deste espaço.

¹⁵ One of the deepest conflicts immanent to space is that space as actually 'experienced' prohibits the expression of conflicts. For conflicts to be voiced, they must first be perceived, and this without subscribing to representations of space as generally conceived. A *theory* is therefore called for, one which would transcend representational space on the one hand and representations of space on the other, and which would be able properly to articulate contradictions (and in the first place the contradiction between these two aspects of representation). Socio-political contradictions are realized spatially. The contradictions of space thus make the contradictions of social relations operative. In other words, spatial contradictions 'express' conflicts between socio-political interests and forces; it is only *in* space that such conflicts come effectively into play, and in so doing they become contradictions of space.

5.1 – NOTAS FINAIS

Ao decorrer do presente trabalho, buscamos contribuir no debate sobre a produção social do espaço urbano e refletir acerca desta produção nas cidades capitalistas sob o viés do planejamento urbano. Deste modo, enfocamos o planejamento que vem sendo consolidado em compasso com as dinâmicas estabelecidas pelo capital e o agente por ele responsável, ou seja, o Estado. Procurou-se ainda salientar o caráter histórico deste planejamento e sua relação direta com a segregação sócio-espacial, trazendo como exemplo prático o estudo de caso do Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras em Juiz de Fora/MG.

Esta prática se operacionaliza devido ao fato de que a relação entre o sujeito construtor e o objeto construído, ou seja, o espaço urbano, está pautada em relações de poder e interesses privados. O Estado se serve do poder a ele legado e manipula a constituição/organização do espaço em prol de uma classe, ou seja, a que o mantém no poder. Assim, “O espaço desta prática social torna-se um espaço que seleciona - um espaço que classifica a serviço de uma classe.” (LEFÈBVRE, 2007, p.375).¹⁶

Lefèbvre afirma que

Tais são os funcionamentos de uma "lógica" - ou seja, uma estratégia. Esta seqüência de operações implica um consumo produtivo: o consumo de um espaço, e um que é duplamente produtivo na medida em que produz tanto mais-valia e um outro espaço. A produção do espaço é realizada com a intervenção do Estado, e o Estado naturalmente atua de acordo com os objectivos do capital, mas esta produção parece responder unicamente às exigências racionais de comunicação entre as várias partes da sociedade, bem como para um crescimento consistente com os interesses de todos os 'usuários'. O que realmente acontece é que um círculo vicioso desencadeado por toda a sua circularidade ser uma força invasora a serviço dos interesses econômicos dominantes (LEFÈBVRE, 2007, p.374).¹⁷

¹⁶ The space of this social practice becomes a space that *sorts* — a space that *classifies* in the service of a class.

¹⁷ Such are the workings of a 'logic' - i.e. a strategy. This sequence of operations implies a productive consumption: the consumption of a space, and one that is doubly productive in that it produces both surplus value and another space. The production of space is carried out with the state's intervention, and the state naturally acts in accordance with the aims of capital, yet this production *seems* to answer solely to the rational requirements of communication between the various parts of society, as to those of a growth consistent with the interests of all 'users'. What actually happens is that a vicious circle is set in train which for all its circularity is an invasive force serving dominant economic interests.

Dentro deste contexto escolhemos o acima aludido Conjunto Habitacional como objeto de análise justamente por ele representar de maneira clara a realidade da construção espacial nas cidades capitalistas que descrevemos e discutimos ao decorrer do trabalho. Ele expõe a dicotomia entre planejamento urbano e vulnerabilidade sócio-espacial, pois, trata-se de um espaço construído/planejado pelo poder público e que, ao longo dos anos, devido à política segregacionista ali aplicada e à ausência e descuido do mesmo, este espaço tornou-se palco para a manifestação de vulnerabilidades diversas. Destacamos que, as que ali existiam desde o início da ocupação do referido espaço como falta de infraestrutura mínima, baixo padrão de construção das residências, saneamento básico inadequado, transporte, educação, lazer dentre alguns outros, foram agravadas pela segregação sócio-espacial imposta àquele espaço e, concomitantemente outras problemáticas surgiram ao passar dos anos como decorrência deste “abandono programado” pelo poder público.

Ao afirmarmos acerca do “abandono programado”, retomamos nosso conceito construído no decorrer do trabalho de “curral eleitoral”, onde, buscamos aproximar os pressupostos teóricos do trabalho com a nossa realidade concreta, que no caso é representada pelo Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras. Exemplo disto é o conceito de que o Estado age segundo as intenções do capital, ou mais especificamente, em benefício das classes dominantes, que ficou evidenciado nos diferentes capítulos deste trabalho e que conseguiu de maneiras gerais estabelecer um diálogo entre teoria e práxis, trazendo uma apreensão da realidade proposta em conformidade com os conceitos e teorias levantados neste trabalho.

Deste modo, entendemos que a produção do espaço nas cidades não se limita somente à produção de *coisas* (estruturas e formas), mas principalmente ela está ligada a um conjunto de ações, práticas e impressões de signos que materializam neste espaço a “cidade produto”, abstrata e cada vez mais esvaziada de urbanidade. Assim, ultrapassando o horizonte “visível” da cidade, ou seja, a cidade que se mostra para nós como totalidade no primeiro contato que com ela temos, podemos perceber a “cidade invisível”, ou seja, a que se manifesta no seio de seus espaços segregados como as favelas, os conjuntos habitacionais populares

e outros guetos. Buscamos desta forma, no transcorrer do trabalho entender a relação dialética entre o espaço concebido, percebido e o vivido, suas inter-relações, intencionalidades e conflitualidades no espaço urbano. Buscamos esta compreensão desde a análise da formação do espaço concernente ao nosso objeto de estudo, as circunstâncias e intencionalidades, expostas ou não, da construção de tal espaço, a inter-relação entre seus habitantes, a relação dos mesmos com a dinâmica da cidade, assim como a relação com o poder público e as problemáticas ali presentes.

Perante a produção deste espaço desigual e conflitante que nos é apresentado como realidade concreta e indiscutível, resta-nos, contudo, a busca por um contra-espaço, um espaço diferencial que contenha outras possibilidades e particularidades em sua constituição e respectivamente seu uso.

Portanto, caminhando para o fechamento de nossas considerações, aproveitamos para realizar o levantamento de alguns questionamentos e apontar outras alternativas e caminhos, pois, as transformações nos padrões de produção dos espaços urbanos hoje pautados no capitalismo modificar-se-ão de alguma forma dentro de um novo contexto, como ocorrera em períodos passados. Assim, novos paradigmas hão de surgir dentro deste novo contexto, suscitando transformações nas práticas da vida social cotidiana assim como nas relações sociais de produção, definindo novos usos e percepções acerca do espaço urbano.

Certo que tivemos alguma relutância em apontar superficialmente esses outros caminhos, essas “outras démarches”, temendo passar por levianos e/ou utopistas.

Contudo, assim o fizemos, amparados mais uma vez nas reflexões do autor que contribuiu de maneira impar e fundamental para a construção dos pressupostos teóricos deste trabalho, onde o mesmo elucida acerca da apropriação do espaço dominado politicamente, a contradição dialética entre o apropriado e o dominado e a relação Estado, política e produção do espaço.

Visto desta perspectiva, o espaço dominante / dominado, como que imposto pelo Estado sobre os seus “súditos”, sejam eles fiéis ou não, é simplesmente o espaço, aparentemente desprovido de violência, de uma espécie de pax estática (ou, no caso dos países ocidentais, uma pax capitalística) que lembra a pax Romana. Embora aparentemente protegidos contra a violência, o espaço abstrato é de fato inerentemente violento. O mesmo vale para todos os espaços que prometem uma segurança semelhante: subúrbios residenciais, casas de férias, Zonas rurais falsificadas e imitações da natureza. A teoria marxista do definhamento do

Estado ganha um novo sopro de vida quando colocada no contexto da seguinte constatação fundamental: o gerenciamento estatal do espaço implica uma lógica de estabilidade que é ao mesmo tempo destrutiva e autodestrutiva (LEFEBVRE, 2007, p. 387).¹⁸

Destarte, ao final deste trabalho, o qual buscamos sistematizar de forma elementar a relação entre os conceitos de produção do espaço, planejamento urbano e segregação sócio-espacial dentro das perspectivas científicas consideradas, reconhecemos a existência de lacunas e algumas notas que podem servir para críticas.

Contudo, não é nossa intenção preencher tais lacunas nem tampouco intitular-nos “donos da verdade”, mas sim, esperamos que este trabalho cumpra seu papel de incitar o interesse, a discussão e questionamentos acerca do assunto aqui levantado. Assim, esperamos ter contribuído, mesmo que de maneira incipiente, para o debate do contexto aqui exposto.

¹⁸ Seen from this perspective, dominant/dominated space, as imposed by the state upon its 'subjects', be they faithful or not, is simply the space, seemingly devoid of violence, of a sort of *pax estatal* (or, in the case of the Western countries, a *pax capitalística*) reminiscent of the Pax Romana. Though seemingly secured against any violence, abstract space is in fact inherently violent. The same goes for all spaces promising a similar security: residential suburbs, holiday homes, fake countrysides and imitations of nature. The Marxist theory of the withering-away of the state gets a new lease on life when placed in the context of the following central insight: state management of space implies a logic of stability that is both destructive and selfdestructive.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renato. **Desigualdade social e pobreza. O lugar dos pobres na cidade – pobreza e espaço urbano em Juiz de Fora – MG**, 2006, XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da **República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de Jul. 2000.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade), que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 29 maio 2011.

BESERRA, Fábio, M. R. **Breves considerações acerca do Materialismo Histórico e Dialético como método na Geografia**. UECE, s/d.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do Trabalho no Século XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. In: **Revista Análise Social**, ano 3, vol. 29, n. 127, 1994. P. 711-732.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponibilizado em: <<http://www.fflch.usp.br/dq/gesp>>.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Iná Elias de. Relações entre território e conflito: o campo da Geografia Política. In: _____. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. P. 39-94.

CREMONESE, Matheus Machado; GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Problemáticas Sócio-Ambientais em Loteamentos Populares: estudo de caso no Jardim Caiçaras, juiz de fora /MG, Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB – Porto Alegre, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas, SP: Armazém do Ipê/Autores Associados, 2006.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DEMLURB). **Caracterização das regiões de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: PJF, 2008.

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JUIZ DE FORA (EMCASA). **Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários: Projeto de Trabalho técnico e social**. Juiz de Fora: PJF, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann e edição de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na Cidade Alta de Juiz de Fora – MG**. 2011. 125 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p.

GIROLETTI, Domingos. **A modernização capitalista em Minas Gerais**. Museu Nacional, UFRJ, 1987. Tese de Doutorado.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora (MG): Ed. UFJF, 1988.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Juiz de Fora – MG. **Cidades @**. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>

JUIZ DE FORA. **Plano Diretor da Cidade Alta**. Síntese. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 1978a.

_____. **Plano Diretor da Cidade Alta**. Vol. 1. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 1978b.

_____. Decreto Municipal Nº 2.733 de 05 de junho de 1982.

_____. Decreto Municipal Nº 2.904 de 03 de junho de 1983.

_____. Lei Municipal Nº 7.771 de 18 de julho de 1990.

_____. Lei Municipal Nº 8.717 de 04 de agosto de 1995.

_____. **Juiz de Fora Sempre. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.**
Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

_____. Agenda JF. **Unidades de Conservação.**
Disponível em http://www.pjf.mg.gov.br/agenda_jf/unidades_de_conservacao.php

_____. **Mapas de JF – Região Oeste.**
Disponível em http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa_oeste.php

_____. **Acervo Fotográfico.** Juiz de Fora: Agosto de 2010.

KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e seu papel histórico.** Tradução: Alfredo Guerra. São Paulo: Imaginário, 2000. (Escritos Anarquistas; 8).

LABORATÓRIO DE TERRITORIALIDADES URBANO-REGIONAIS – LATUR/UFJF. **Pesquisa de Campo.** Juiz de Fora: 2009/2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEFÈBVRE, Henri. A crítica da economia política. In: _____. **A cidade do capital.** Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Zamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 75-114.

_____. **Espaço e política.** Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **The production of space.** Translated by Donald Nicholson-Smith. Maiden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing, 2007.

LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante:** contribuições a partir do pensamento de Henri Lefèbvre. Niterói: UFF / GECEL, 2003. 1 CD-ROM.

LOPES, Leandro Faber. **Uma Leitura do Plano Estratégico de Juiz de Fora – MG.** Niterói: UFF, 2008. 144 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MACHADO, Carlos. Momentos da obra de Henri Lefèbvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, [S. l.], vol. 13, 2008. p. 83-95.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Segregação Residencial Urbana** (Análise Teórica e Síntese Comparativa entre as perspectivas Positivista e Marxista). Orientador: Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. Dissertação.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Brasil, cidades:** uma alternativa para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Org). **O Estatuto da Cidade:** comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

_____. **Questão urbana foi rifada pelo governo Lula, pelo PT e aparentemente pelo governo Dilma.** Entrevista concedida ao jornal eletrônico Correio da Cidadania datada de 09/03/2011. Entrevistadores: Valéria Nader e Gabriel Brito. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/5574/9/>> Acesso em: 26 maio 2011.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-41.

MARTINS, Solismar Fraga. A produção do espaço urbano. In: _____. **A produção do espaço em uma cidade portuária industrial:** o caso do município do Rio Grande – RS. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 25-41. Tese de doutorado em Geografia.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado.** Tradução: Mario M. Chaves Ferreira. In: Espaço & Debates, São Paulo, v. 24 nº 45, pp.24-33. jan/jul 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MATTOS, Rodrigo Faria; TANAGINO, Karina Dias. Notas sobre a relação cidade-campo no pensamento de Henri Lefebvre. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL, 31., 2012, Rio Grande. **Anais...** Porto Alegre: AGB – Porto Alegre, 2012.

MENEZES, Maria Lucia Pires. Aeroporto Regional e Business Park: logística e negócios na geografia urbano regional de Juiz de Fora, Brasil. In: **Script Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciência Sociales**, ano 23, vol. 8, n. 170, Ago. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2004. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-23.htm>

_____. Juiz de Fora e a Moradia Popular: O alto Santo Antônio. In: **Script Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciência Sociales**, ano 133, vol. 7, n. 146, Ago. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003. Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(133).htm)

_____. **Aeroporto Regional e Business Park: Logística e Negócios na Geografia Urbano Regional de Juiz de Fora, Brasil**. In: VI Colóquio Internacional de Geocrítica: EL Impacto Social y Espacial de las Nuevas Tecnologías de la Información y la comunicación. Barcelona, 2004.

_____. **O Espaço Urbano de Juiz de Fora e a Dinâmica Regional Contemporânea**. Projeto: FAPEMIG, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos do Ministério das Cidades**. Brasília: MCidades/ Governo Federal, 2004

MOISÉS, José Álvaro & MARTINEZ-ALLIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou Patrão, o trem atrasou. In: _____ et al. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, nº 1, 1977, p.13-63.

OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade de conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, nº 1, 1977, p.65-76.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora**. Vivendo a História. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF/Editora da UFJF, 1994.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2.ed. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1966.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A Propriedade é um Roubo**. Seleção e notas de Daniel Guérin; Tradução de Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento subversivo: reflexões sobre limitações e potencialidades dos Planos Diretores no Brasil. In: **Script Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciência Sociales**, ano 17, vol. 11, n. 245, Ago. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm>

RIBEIRO, Maria Angélica Mojaes. **Urbanização e Loteamentos Irregulares em Juiz de Fora**. Orientador: Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 1988. Dissertação.

ROCHA, Cézar Henrique Barra. **Zona da Mata Mineira**: pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1989.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STALIN, J. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. São Paulo: UNICAMP/IE, 1939.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos; 16).

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2009. (Coleção Milton Santos; 14).

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 4 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008a. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008c.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: normas e técnicas. 6. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do Desenvolvimento Urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação sócio-espacial no interior paulista. In: **Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, vol. XI, n. 245 (11). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm>

TANAGINO, Karina Dias; GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. Hidrografia. In: MACHADO, Pedro José de Oliveira (org.). **Diagnóstico Físico Ambiental da Bacia Hidrográfica do Córrego São Pedro**. Ubá: Geográfica, 2010.

TANAGINO, Karina Dias. Planejamento urbano e o processo de (re)produção do espaço urbano no Brasil. In: Encontro Internacional Humboldt, XIII., 2011, Dourados. **Anais...** Dourados: CEHU, 2011. (1 CD-ROM).

TANAGINO, Karina Dias; MATTOS, Rodrigo Faria. Planejamento Urbano: um instrumento de reestruturação/remodelação do espaço urbano. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL, 31., 2012, Rio Grande. **Anais...** Porto Alegre: AGB – Porto Alegre, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **O Espaço intra-urbano**. São Paulo: DIFEZ, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, agosto de 2005. Disponível em <http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf>

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado pelo LATUR no Conjunto Habitacional Jardim Caiçaras

QUESTIONÁRIO

Nº da entrevista: ____ Nome do entrevistado: _____

Endereço: _____

01 – SEXO:

☐ Mas ☐ Fem

02 – IDADE: _____

03 – ORIGEM (PODE SER MAIS DE UMA RESPOSTA).

☐ Outro Estado? Qual _____

☐ Outras cidades? Quais? _____

☐ Outros bairros de Juiz de Fora? Quais? _____

– Qual o motivo da mudança? _____

04 – SITUAÇÃO CONJUGAL:

☐ Casado ☐ Solteiro ☐ Separado/ Divorciado ☐ Amasiado/Ajuntado

05 – NÚMERO DE MORADORES RESIDENTES EM CASA:

☐ Menos de 3 ☐ Entre 3 e 5 dependentes ☐ Mais de cinco dependentes

06 – SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CHEFE DA FAMÍLIA:

☐ Empregado ☐ Desempregado

Função exercida? _____

☐ Biscate ☐ Comerciante _____

☐ Pensão/Aposentadoria

07 – RENDA FAMILIAR:

☐ Menos de 01 salário mínimo ☐ Entre 01 e 02 salários mínimos

☐ Entre 02 e 05 salários mínimos ☐ Mais de 05 salários mínimos

☐ Nenhuma renda

08 – IDADE E OCUPAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA:

1 - _____

2 - _____

3 - _____

4 - _____

5 - _____

6 - _____

09 – ONDE A MAIORIA DOS MORADORES DA CASA TRABALHA?

☐ Centro da cidade ☐ Outra cidade. Qual? _____

() Outros bairros. Qual? _____

10 – ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA FAMÍLIA:

- A - Analfabeto
- B - Ensino Fundamental (Até 4º série)
- C - Ensino Fundamental (até 8/ série)
- D - Médio (Científico)
- F - Ensino superior incompleto
- G - Ensino superior completo
- H - Curso técnico

MEMBROS (NOME DO MEMBRO E LETRA).

- 1 - .
- 2 - .
- 3 - .
- 4 - .
- 5 - .
- 6 - .
- 7 - .

11 – TEMPO DE MORADIA NO LOTEAMENTO

- () Alguns meses () 01 ano
- () 01 ano e alguns meses () 02 anos
- () 05 anos () Desde a inauguração

12 – RELAÇÃO COM A CASA:

- () Proprietário desde a inauguração
- () Proprietário por compra em mãos de terceiros
- () Locatário
- () Empréstimo
- () Ocupado sem autorização prévia

13 – SITUAÇÃO DO PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO:

- () Quitada () Pagando () Em atraso
- () Outros _____ () Não sabe

14 – QUANTOS CÔMODOS TEM SUA CASA?

- () Entre 1 e 3 () Possui 03 cômodos () Possui 04 cômodos
- () Possui 05 cômodos () Entre 05 e 08 cômodos () Mais de 08 cômodos

15 – SUA MORADIA É UTILIZADA PARA:

- () 1. Uso exclusivo residencial
- () 2. Geração de renda: comércio, produção, prestação de serviços. Qual? _____
- () 3. Práticas religiosas (cultos, missas)
- () 4. Associativismo (reuniões comunitárias)
- () 5. Aluguel de cômodo ou cama
- () 6. Outros. Quais?: _____

16 – VOCÊ RECEBE ÁGUA TRATADA EM SUA CASA?

☐ Sim ☐ Não

- Se **não**, qual a fonte de abastecimento? _____

17 – EM SUA RUA EXISTE REDE DE ESGOTO FEITA PELA PREFEITURA?

☐ Sim ☐ Não

- Se **não**, qual o destino que você dá para seu esgoto? _____

18 – O SERVIÇO DE COLETA DE LIXO (DEMLURB) PASSA EM SEU BAIRRO REGULARMENTE?

☐ Sim ☐ Não Periodicidade: _____ vezes por semana

19 – QUAL O DESTINO FINAL QUE VOCÊ DÁ PARA SEU LIXO DOMICILIAR?

☐ DEMLURB ☐ Joga em lote vago

☐ Queima ☐ Recicla

☐ Joga em córrego ☐ Outros _____

- E a **Coleta Seletiva** passa aqui? _____

20 – QUANDO VOCÊ PRECISA DE ATENDIMENTO MÉDICO, ONDE VOCÊ RECORRE?

21 – VOCÊ É ATENDIDO PELO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA?

☐ Sim ☐ Não

22 – VOCÊ RECEBE VISITAS REALIZADAS PELO PSF DE:

☐ Agentes da saúde ☐ Enfermeiros ☐ Não

☐ Médicos ☐ Outros _____

23 – COMO VOCÊ AVALIA O SISTEMA DE SAÚDE DA CIDADE ALTA?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Ruim ☐ Péssimo ☐ Ausente

24 – VOCÊ É ATENDIDO PELOS AGENTES DA ZOONOSE?

☐ Sim ☐ Não

25 – VOCÊ NOTA A PRESENÇA DE ANIMAIS COMO RATOS, BARATAS, MOSCAS, ARACNÍDEOS, PRÓXIMO À SUA RESIDÊNCIA?

☐ Sim ☐ Não

26 – ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA JÁ APRESENTOU ALGUMA DESSAS DOENÇAS?

☐ Diarréia ☐ Tuberculose

☐ Verminose ☐ Cisticercose

☐ Dengue ☐ Anemia

☐ Leptospirose ☐ Doenças Respiratórias: _____

27 – COMO VOCÊ AVALIA O TRANSPORTE COLETIVO?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Ruim

28 – COMO VOCÊ AVALIA AS OPÇÕES DE LAZER DO BAIRRO (PRAÇA, ENTRE OUTRAS)?

() Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Inexistente

29 – ONDE VOCÊ FAZ COMPRAS?

30 – ONDE SEU FILHO ESTUDA?

Nome da escola: _____

Bairro: _____

Por Quê? (só se a resposta não for São Pedro)

31 – VOCÊ SE SENTE SEGURO NO BAIRRO? POR QUÊ?

32 – O QUE VOCÊ ACHA DO TRATAMENTO DADO PELA PREFEITURA (PJF) AO BAIRRO?

() Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Péssimo

33 – O QUE VOCÊ AVALIA QUE FALTA NO BAIRRO?

34 – VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL? (sindicato, SPM, igreja)

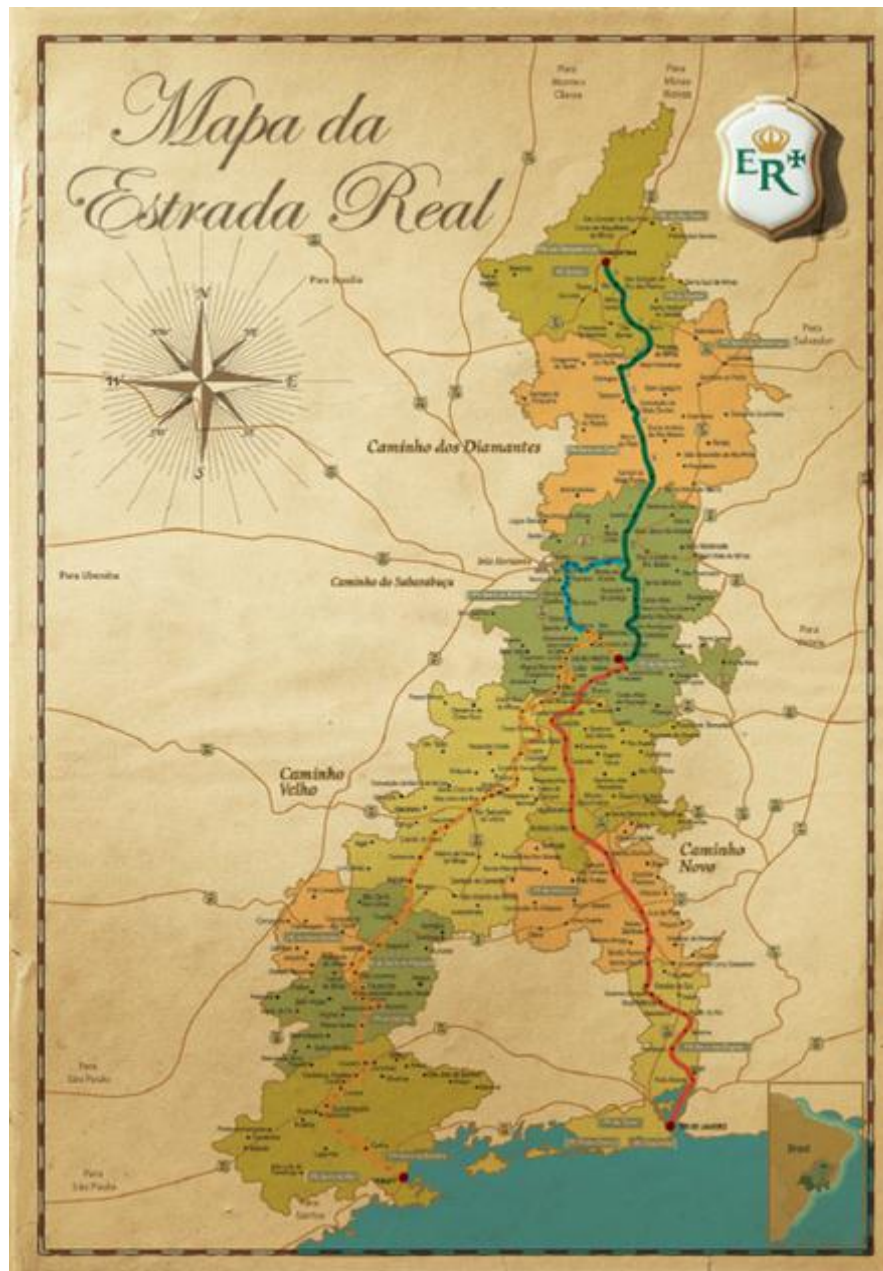
35 – VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM PROJETO SOCIAL DA PREFEITURA? QUAL?

36 – SUA FAMÍLIA É ATENDIDA POR ALGUM PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO? (bolsa família, vale gás, fome zero)

37 – O QUE MELHOROU NO BAIRRO?

38 – QUAL A IMPORTÂNCIA DA MATA?

39 – O QUE VOCÊ ACHA DAS TORRES DE TRANSMISSÃO DA CEMIG?

Anexo 2 – Mapa da Estrada Real (Caminho Velho e Caminho Novo)

Fonte: <http://www.shirleydovale.blogspot.com/2011/03/paraty/rj.html>